

EDITORIAL

Participando da Assembleia da Associação Médica Americana, o presidente Barack Obama discorreu sobre o sistema de saúde e as reformas que ele deseja implementar para universalizar o atendimento à população. Falou sobre os altos custos e a falta de equivalente melhoria de resultados. Com respeito conclamou: " Preciso da ajuda de vocês, médicos. Para a maioria dos americanos, vocês são o sistema de saúde. Americanos, inclusive eu, apenas fazem o que vocês recomendam. Por isso eu os escutarei e trabalharemos juntos". Enquanto isso, no Rio Grande do Norte, os ideólogos, os burocratas e alquimistas vão destruindo a saúde pública, sem nenhuma consulta aos médicos, evidentemente.

Dr. Geraldo Ferreira
Pres. do sinmed RN

EM DEFESA DAS CRIANÇAS

O Sinmed e o Sindsaúde entraram com uma ação judicial com pedido de liminar contra o Governo do Estado pela decisão de desativar os serviços de pediatrias dos hospitais Walfredo Gurgel e Santa Catarina provocando imensos prejuízos à saúde pública. Assombra o Sindicato dos Médicos do RN que mesmo diante das declarações da Secretaria Municipal de Saúde de que não há condições de abarcar toda a demanda, a SESAP insista nesta medida insana.

GREVE EM PARNAMIRIM

Após tentativas frustradas de negociação para formalização dos contratos, realização de concurso público e remuneração adequada, os médicos da maternidade Divino Amor em Parnamirim decidiram por unanimidade durante assembleia realizada no dia 21, na sede do Sinmed, suspender os serviços a partir desta última sexta-feira (25/09). É firme a intenção dos médicos de só retornarem ao trabalho quando atingirem seus objetivos. Na unidade são realizados diariamente uma média de 400 atendimentos entre exames e consultas e 600 partos ao mês. Durante a paralisação serão respeitados os limites de atendimento de 30% do corpo clínico.

CURSO DE INFORMÁTICA

Será realizado na segunda quinzena de outubro o primeiro curso básico de informática (Windows) no Sindicato dos Médicos do RN oferecido pelo PROBEM (Programa de Benefícios para os Médicos). As inscrições já estão abertas, mas o dia da aula será decidido pelos próprios médicos: no período da noite ou aos sábados. Ao fazerem a inscrição, os interessados deverão indicar o horário desejado. O que tiver maior procura será o escolhido.

LANÇAMENTO OFICIAL DO PROBEM

Apesar de já estar funcionando com a prestação de serviços nas mais diversas áreas, o PROBEM (Programa de Benefícios para os Médicos), vai ser lançado oficialmente no dia 14 de outubro no Teatro Alberto Maranhão. Na ocasião, que contará com a apresentação de Zé Lezin e show do Grupo Delicatto serão prestadas homenagens às várias lideranças médicas e aos ex-presidentes do Sindicato dos Médicos do RN. E a partir da próxima semana os médicos estarão recebendo em seus endereços uma cartilha com todas as informações sobre programa que veio para inovar o atendimento ao médico sindicalizado.

CONHEÇA MAIS SOBRE O PROBEM

Ações de Políticas sócio-institucionais do Probem

- Visitas de fiscalização às unidades de saúde com ênfase nas condições de trabalho e contratos trabalhistas dos Médicos
- Cursos de Liderança e Negociação de Conflitos
- Cursos de Educação Continuada, Emergências, PSF, entre outros

Assessoria na área de Informática

- Orientações sobre Internet
- Noções Elementares (agendas) sobre Internet, Excel, Word e Power Point.
- Elaboração de Blogs, Twitter, Orkut, Facebook, MSN, Etc.



INTERIOR Tomou posse na manhã da última terça-feira a primeira composição da diretoria do Conselho Municipal da Juventude de São Gonçalo do Amarante. Os novos conselheiros do Comjuga foram empossados durante uma solenidade realizada no teatro municipal da cidade (foto). **PÁGINA 7**

ATENDIMENTO PEDIÁTRICO Sindsaúde diz que ambulatório para crianças não funciona desde 2008 e pronto-socorro infantil será fechado

Sindicato contesta declarações da Sesap

O atendimento pediátrico na rede estadual de saúde continua a ser motivo de desavença entre a Secretaria de Saúde e os sindicatos dos trabalhadores em Saúde e dos médicos do RN. Contestando o que a Sesap declarou na última quarta-feira, o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RN (Sindsaúde) afirma que o atendimento ambulatorial no Hospital Walfredo Gurgel (HWG) já não existe desde o ano de 2008 e que o que irá fechar agora, na verdade, é o pronto-socorro infantil. Já o Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed/RN) entrou com uma ação na Justiça contra a Sesap e os pediatras ameaçam entrar em greve diante da ação de remanejamento dos profissionais para o Giselda Trigueiro.

A declaração de que o Walfredo deixará de atender somente a pediatria ambulatorial, dada pelo secretário-adjunto de Saúde do Estado, João Albérico Rocha, é tida como "mentirosa" pela presidente do Sindsaúde, Sônia Godeiro. De acordo com ela, o ambulatório pediátrico no hospital já não funciona desde o dia 1º de

fevereiro de 2008, quando foi implantado o sistema de triagem.

"Colocaram uma questão que não corresponde à verdade. Eles estão voltando o filme de dois anos atrás. Desde o dia 1º de fevereiro de 2008 não acontece mais atendimento ambulatorial. O então diretor José Renato promoveu a suspensão dos atendimentos quando instituiu a triagem. Quem não tem o conhecimento do caso completo, acredita que realmente é só o ambulatório que fecha, mas o que eles estão fechando, de verdade, é o pronto-socorro infantil", declara Sônia.

Ainda de acordo com a sindicalista, atualmente só são atendidas crianças com casos de alta complexidade, urgência e emergência, que são assistidas pelos 27 pediatras que trabalham no Walfredo. O secretário-adjunto, ao justificar a suspensão dos serviços de ambulatório no hospital de referência, apontou que somente 15 atendimentos ambulatoriais são realizados no HWG, casos que podem ser absorvidos. A informação também é rebatida pelo Sindsaúde.

"Esses atendimentos que eles

dizem que existe hoje não são ambulatoriais. São crianças que chegam com casos graves, como crianças queimadas, com crises de asma, acidentes, convulsão, crianças que engoliram corpo estranho, com anemia falciforme com crises de hemólises, que precisam de transfusão de sangue. São casos que, antes de serem encaminhadas ao cirurgião, ao especialista, são medicadas previamente e ficam sob observação do pediatra. Isso não é ambulatório e entram nas estatísticas que a Secretaria apresentou de 15 atendimentos diários. Quando eu fazia atendimento ambulatorial eram mais de 100 por dia", observa a médica.

Outro ponto rebatido pelo Sindsaúde é a transferência de sete pediatras do quadro do Walfredo para o Giselda, fato também anunciado pela Sesap. "Isso é totalmente ilegal. Já consultamos o Conselho Regional de Medicina e pedimos a fiscalização e intervenção nisso. Para se trabalhar numa enfermaria de infectologia tem que ser infectologista ou ter residência em infectologia e nós, pediatras gerais,

não temos. Vão nos obrigar a atender procedimentos para os quais não temos especialidade. É o principal é a perda que a população irá sofrer", fala.

O médico Geraldo Ferreira, presidente do Sindicato Sinmed/RN, também se posiciona contra a Secretaria de Saúde e afirma que já ingressou com uma ação em caráter liminar na Justiça para pedir que não haja suspensão em nenhum serviço no Walfredo Gurgel. "Somos contra a desativação de qualquer serviço. As unidades não podem fechar a menos que seja apresentada a viabilidade desse tipo de atendimento em outras unidades e a própria secretária municipal de saúde, Ana Tânia já declarou que o município não tem condições de suprir essa carência. Vamos fazer uma assembleia com os pediatras na próxima segunda-feira para vermos se entramos em greve. Percebemos o total descompromisso dessa gestão com a saúde pública estadual, o desrespeito com a população e vamos reagir até as últimas consequências para impedir que a população fique ainda mais desassistida", declara.



Sônia Godeiro critica transferência de para o Giselda Trigueiro

PARNAMIRIM Prefeitura não responde às reivindicações e médicos ameaçam

Hospital Regional corre risco de ficar sem atendimento

A greve dos médicos iniciada na Maternidade Divino Amor poderá se alastrar até o Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena por conta da situação de precariedade nas condições de trabalho dos médicos. Na maternidade, a paralisação começou às 7 horas da manhã de ontem, sexta-feira, e às 10 horas os médicos saíram em passeata. De acordo com o presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira, só o serviço de urgência está funcionando.

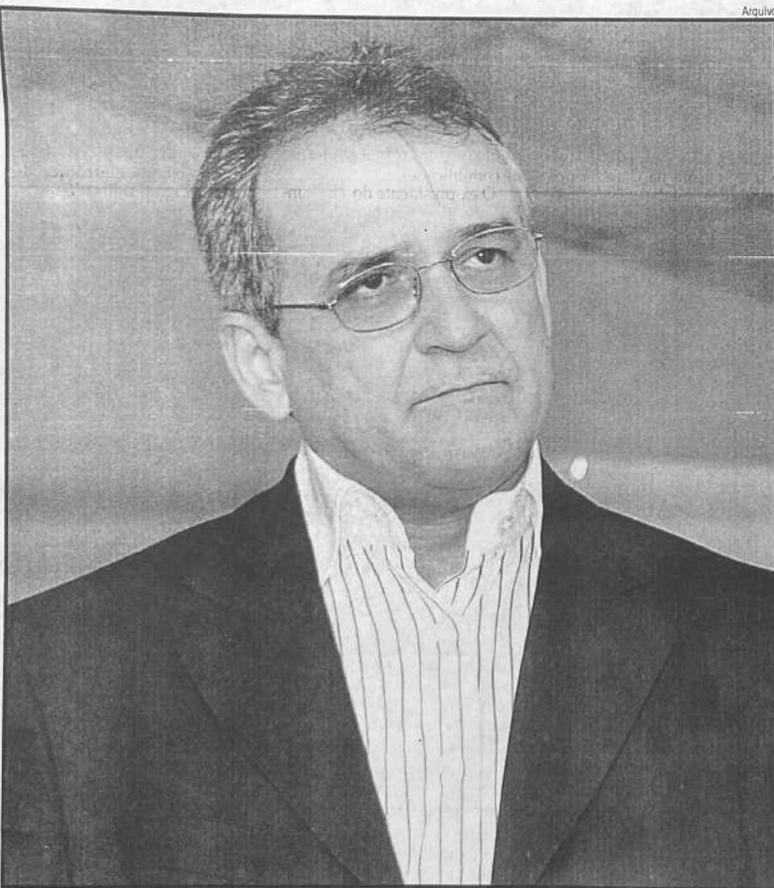
Segundo Geraldo Ferreira, dos três obstetras da maternidade, apenas um está trabalhando. O mesmo ocorre com a área de pediatria. Cinquenta médicos reivindicam melhores condições de trabalho. "Temos 50 profissionais trabalhando em situação precária, ou seja, sem contrato de trabalho, sem férias, 13 salário e previdência social", disse Ferreira. Os médicos também querem uma equiparação salarial com os anestesistas, que ganham R\$ 750 por cada plantão de 12 horas, enquanto as demais categorias ganham apenas R\$ 300.

Apesar da diferença salarial, Geraldo Ferreira explicou que as outras especialidades médicas não estão contra os anestesistas. "Muito pelo contrário, queremos garantir a igualdade, mas sabemos claramente que os anestesistas se organizaram antes dos pediatras e obstetras", complementou Ferreira. O presidente do Sindicato dos Médicos disse ainda que a greve foi avisada com antecedência à prefeitura de Parnamirim. "Já vínhamos negociando

há seis meses e o prefeito nos prometeu que em setembro estaria tudo certo. Iríamos fazer a greve em agosto e não fizemos porque fomos comunicado, pela secretaria de saúde, que em setembro a situação estaria concreta. Isso não ocorreu e na segunda-feira, 21, decidimos pela greve e comunicamos com 72 horas de antecedência", detalhou Geraldo Ferreira.

Como a prefeitura não se manifestou e nem apresentou proposta, os médicos saíram avisando à população que a greve iria acontecer. Os médicos querem a isonomia salarial, a legalização dos contratos de trabalho até a realização de concurso público. Na próxima terça-feira, 30, haverá uma visita ao Hospital Regional Deoclécio Marques - local que passa pelas mesmas precariedades que a maternidade. Segundo Geraldo Ferreira, em Mossoró a situação dos médicos também estava complicada. Lá, a categoria acionou o Ministério Público que fez com que a prefeitura assinasse um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), garantindo a legalização dos contratos de trabalho e a promessa documentada para a realização de concurso público. "Estamos há seis meses querendo o diálogo com a administração de Parnamirim e até agora nada", disse Ferreira. A reportagem do JH PRIMEIRA EDIÇÃO tentou contato com a Secretaria de Saúde de Parnamirim, mas não obteve resposta.

Arquivo



MÉDICOS SEM RECEBER Profissionais empossados em janeiro e abril ainda não receberam dinheiro, mas descartam greve

Sindicato irá à Justiça cobrar salários atrasados de setenta profissionais

O Sindicato dos Médicos do Estado (Sinmed/RN) irá recorrer à Justiça para que o pagamento dos médicos empossados no mês de janeiro e abril deste ano, que ainda não foi feito, seja realizado. O presidente da entidade, Geraldo Ferreira, afirma que a Secretaria Estadual da Saúde Pública (Sesap) já foi convocada a se posicionar sobre o caso, mas não obteve resposta. Não se sabe ao certo quantos médicos estão nessa situação, porque a Sesap ainda não divulgou o levantamento que alegou estar fazendo. Entretanto, estima-se que cerca de 70 profissionais ainda não tenham recebido seus salários. Informações extraoficiais dão conta de que parte do pagamento será feita no final desse mês.

Em assembleia realizada na terça-feira passada, os médicos descartaram a possibilidade de

greve, mas resolveram acionar a Justiça para resolver a questão. "Pedimos que todos os médicos que estão nessa situação procurem o Sindicato para que possamos ingressar com a ação contra o Estado na Justiça", diz o médico Geraldo Ferreira. O sindicalista afirma que a Sesap não repassou ainda a quantidade de profissionais desfavorecidos e nem os motivos para o atraso. "Essas desculpas que estão dando de os atrasos se devem por causa de irregularidades como o acúmulo de horas ou falta de documentação não nos convence", fala.

Geraldo Ferreira diz que não teve um posicionamento oficial sobre quando os médicos irão receber, mas informações dão conta de que no final do mês de agosto parte do pagamento será efetuado. "Mas nós não sabemos quantos vão receber, quantos não vão,

quanto será pago e o porquê disso", reclama.

Diante da situação da retenção de salários, além do aumento no trabalho, argumenta o Sinmed, há desmotivação e muitos médicos já pedem demissão. "É alto o índice de desistência daqueles que foram empossados, cerca de 20% já pediram para sair. As más condições de trabalho e o atraso no pagamento dos salários, que já são defasados, impedem o profissional de exercer sua função com qualidade".

A Sesap garantiu que está realizando um levantamento que aponte quantos médicos estão sem o pagamento e se posicionar sobre a previsão da regularização dos casos que impedem o pagamento, como profissionais com acúmulo de cargos, mas até o início da noite de ontem a Secretaria não respondeu ao caso.

Presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, ainda não obteve respostas da Secretaria da Saúde

Médicos lutam por melhores salários e mantêm tradição entre familiares

DIFICULDADES PROVOCADAS PELOS BAIXOS SALÁRIOS E MÁS CONDIÇÕES DE TRABALHO TIRAM BRILHO DA PROFISSÃO

Antigamente, um pai para se sentir realizado bastava ter um filho formado em medicina e outro em direito. Ter um "doutor" na família era motivo de orgulho e, para isso, os jovens exaustivamente se dedicavam aos estudos na tentativa de entrar numa faculdade, fazer o curso, se formar e ganhar muito dinheiro. Em pleno século 21, os vestibulares para medicina ainda são concorridos. Para o vestibular da UFRN, que acontece no final do ano, a concorrência é de quase 21 candidatos disputando uma vaga. Mas com médicos entrando em greve por melhores salários e condições de trabalho, a profissão vai perdendo, aos poucos, o brilho. Os que se arriscam buscam áreas mais lucrativas, como a especialização em cirurgia plástica e dermatologia.

Além disso, existe a concorrência com os cursos da área tecnológica, que oferecem altos salários aos seus profissionais e, na maioria dos casos, eles já são contratados antes mesmo da formatura por grandes empresas. A área jurídica também é concorrida, para se ter uma ideia, apenas uma universidade particular do Estado concentra cerca de cinco mil alunos de direito. Boa parte deles está sonhando com os concursos públicos e salários que podem ultrapassar os 20 mil reais. Na contramão está a medicina, que necessita, no mínimo, oito anos de estudos com dedicação exclusiva. Com o mercado saturado na capital, poucos profissionais encontram disposição para se aventurar pelo interior do Estado e muitos terminam aceitando salários iniciais que dificilmente passam dos 3 mil reais nos hospitais.

REIVINDICAÇÕES

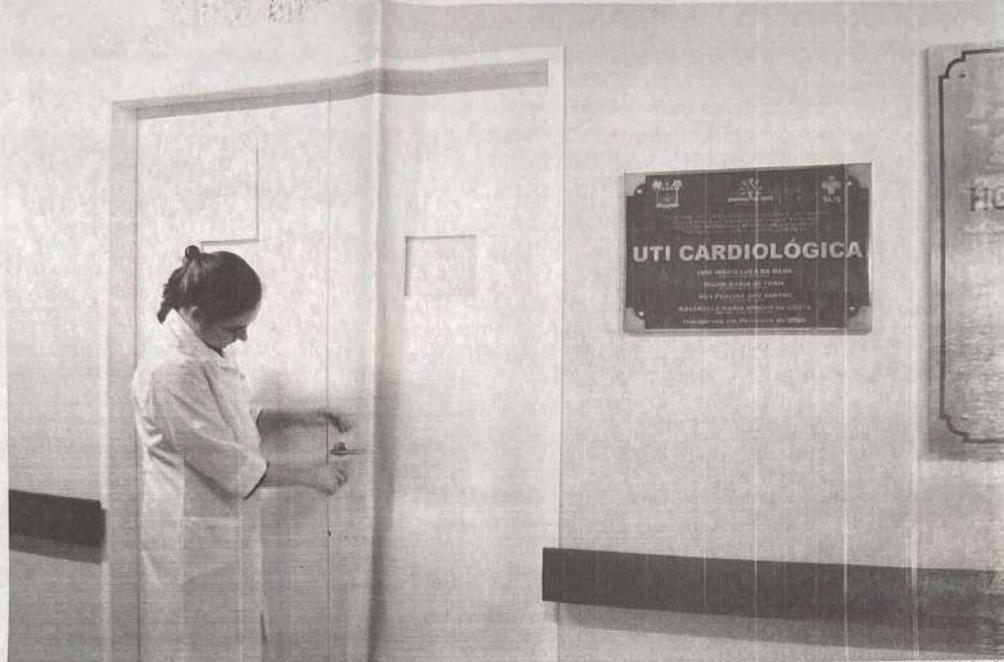
Para o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Simmed), Geraldo Ferreira Filho, a crise que se instalou no setor público forçou que a categoria tivesse que "brigar" por aumento de salários, carga horária menor e condições dignas para o atendimento. Quando começou na medicina, há 24 anos, o anestesista encontrou uma realidade diferente da que hoje existe: para ele, antes, o médico era uma figura mais respeitada, ganhava bons salários e pouco dependia dos empregos públicos. "A saúde pública, antigamente, funcionava melhor. Atualmente, é frustrante ver que a medicina avançou tanto no tratamento de doenças, mas que isso não chega à grande parte da população carente. Nosso sonho é ver todo mundo tendo um atendimento de qualidade", conta o médico.

Com uma realidade diferente da ideal para um médico, alerta o sindicalista, "os profissionais estão, em grande parcela, empregados no serviço público, onde precisam atender pacientes em escala industrial, sem condições de dar uma melhor assistência, pois estão cansados das muitas horas de trabalho e das várias noites de plantões. Como um médico pode dar qualidade no atendimento, se ele precisa trabalhar em vários lugares e atender dezenas de pacientes por dia para ter um bom salário? É impossível!".

MÉDICO DA FAMÍLIA

Em um ponto, os profissionais da área médica concordam: que o futuro da profissão está no resgate de uma tradição do século passado: a figura do médico da família, aquele generalista que tratava de várias gerações, desde os avós até os netos. Extinta nas décadas de 80 e 90, essa "especialidade" retorna ao cenário como uma tendência, na busca por melhoria e humanização do atendimento oferecido aos pacientes.

Criado em meados dos anos 90, o Programa Saúde da Família (PSF) chegou como uma forma de trazer de volta o médico da família e levar a todos os municípios do País um atendimento eficiente, principalmente às pessoas mais carentes. Na teoria, o PSF representa um avanço nas relações médico-paciente, um tratamen-



Antigamente, sonho de todo pai era ter um "doutor" na família, mas a realidade da profissão, nos dias de hoje, é bem diferente da glamorização do passado. Carreira médica é marcada por sacrifícios e reivindicações

to humanizado, mas esbarra na falta de continuidade. "A ideia do programa é boa, mas o que podemos fazer se o médico detecta um problema, precisa de exames mais aprofundados do paciente para conseguir fazer esse exame na rede pública? Com isso, o PSF perde a sua força", analisa Geraldo Ferreira Filho.

Outro problema enfrentado pelo governo está na falta de profissionais interessados em sair das capitais para atender pacientes no interior, devido os baixos salários, cuja média oferecida para uma jornada de 40 horas semanais, no Rio Grande do Norte, é de R\$ 6 mil líquidos, valor um que os médicos conseguem com maior facilidade dando plantões em clínicas e hospitais particulares, sem o desgaste do deslocamento.

A falta de médicos está por todos os lugares. Em Pamamirim existem 42 equipes do PSF formadas por médico, enfermeiros, nutricionistas, assistentes sociais e auxiliares de enfermagem. Delas, quatro não funcionam por falta de profissionais interessados. Essa realidade acontece

um vínculo de amizade e boas histórias. "Nós somos recebidos com muito carinho pelas pessoas. Elas confiam em nós e participamos das várias etapas. Tem crianças que acompanhamos desde uma gravidez e, com isso, o atendimento é personalizado, conhecemos os problemas de cada família e como podemos melhor identificar doenças", insinua.

CRIANDO UMA TRADIÇÃO

Formado há quase 36 anos, o cardiologista Carlos Crescêncio Filho foi o primeiro da família a tornar-se médico. Filho mais velho de um pequeno comerciante e uma dona-de-casa, ele conta que desde a infância sonhava em seguir a profissão, vendo os médicos da cidade de Ceará-Mirim, onde morava. "A figura do médico era respeitada e admirada naquela época. Ser médico era um orgulho para uma família e um sonho para mim. Nem pensávamos na questão da empregabilidade, porque o mercado estava aberto. A decisão era feita pelo coração mesmo", lembra.

A vontade de ser médico de Carlos Crescêncio Filho acabou contagiando outros familiares e criando uma tradição. Dois anos depois de sua formatura, ele viu outro irmão, Edmilson Freire, seguir seus passos, tornando-se pediatra. E as novas gerações continuaram seguindo a mesma estrada: a filha mais velha de Carlos, Luciana, é médica; o filho caçula, Matheus, e o sobrinho Felipe estudam medicina. Além disso, a sobrinha Livia presta vestibular este ano para o mesmo curso.

"Nunca fomos os meninos a seguir a nossa profissão, mas percebíamos neles a vontade e vocação para uma medicina, o que muito nos orgulha. Apenas o Alexandre (filho mais velho) resolveu ser administrador de empresas, porque não queria ter a mesma vida corrida que têm os pais", conta Carlos, casado com a médica Ana Cristina Freire.

Para ele, a decisão de se tornar médico resque vocação, é uma escolha que precisa ser bem pensada, pois necessita de muita dedicação, resulta em noites mal dormidas e pouco tempo para a família. "Quem faz um trabalho com amor, porque gosta, não vê dificuldade. Nada se compara ao prazer de salvar uma vida. É uma profissão muito importante", orgulha-se.

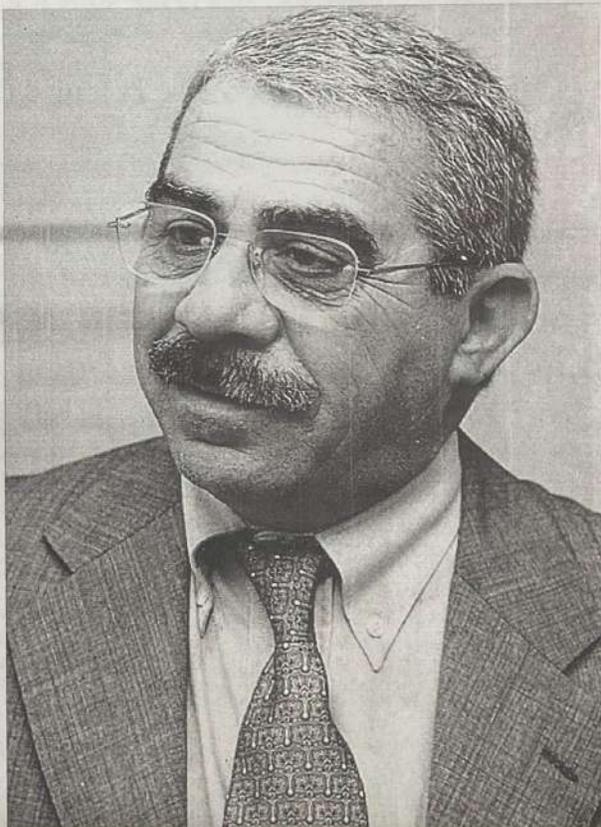
Cardiologista Carlos Crescêncio Filho viu o irmão Edmilson Freire tornar-se pediatra. Dois filhos e sobrinho enveredaram pelo mesmo caminho.

em praticamente todo o Estado. Em alguns municípios, sequer existem médicos do Programa e, em outros, a falta do profissional chega a 40%.

UM APAIXONADO PELO PSF

Quem decidiu abandonar uma possibilidade de altos rendimentos da rede particular por amor ao PSF foi o médico Ricardo Giobucci. Formado em medicina com residência em ginecologia no Rio Grande do Sul, há quatro anos ele integra o quadro de Médicos da Família do RN, em Pamamirim, tarefa que começou com muitos obstáculos. "Na minha época, o médico não era preparado para ser generalista e não atuar PSF, onde cuidamos de todos os membros de uma família em diferentes situações e isso me assustou começo não. Foi preciso buscar formação específica e hoje posso dizer que faço parte do PSF porque me apaixonei", comenta.

O médico conta ainda que uma aproximação com os pacientes cria



"Com visão de futuro e responsabilidade no presente, O Jornal de Hoje consolidou-se no mercado e conquistou a simpatia e o respeito do povo do Rio Grande do Norte." Parabéns.

Raimundo Fernandes
(Dep. Estadual)

Médicos recorrem à Justiça para garantir o pagamento de atrasados

CONCURSADOS ESTÃO DESDE JANEIRO SEM SALÁRIOS

Sesap Vasconcelos
Reportagem

Os médicos da rede estadual descartam, ao menos por enquanto, a possibilidade de paralisação dos serviços. A decisão foi tomada durante assembleia do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed/RN) realizada na noite de ontem, na sede do sindicato. Contratados por meio do último concurso público, realizado pela Sesap, em dezembro de 2008, os médicos estão sem receber os salários desde janeiro deste ano, quando assumiram os cargos. No entanto, afirma o presidente do Sinmed Geraldo Ferreira, o inchaço causado pelo aumento no número de pacientes encaminhados do interior para os hospitais de emergência, como o Walfredo Gurgel, é inevitável.

"A desmotivação atinge todos os profissionais dos hospitais regionais e da cidade. Isto se reflete na sobrecarga de demanda para os hospitais de Natal, sem falar no alto índice de desistência daqueles que foram empossados, cerca de 20% pediram para sair. As más condições de trabalho e o atraso no pagamento dos salários, que já são defasados, impedem o profissional de exercer sua função com qualidade", destaca Ferreira. Segundo ele, o número já reduzido de médicos entre os anestesistas, ortopedistas, neurocirurgiões e cirurgiões gerais, especialidades mais afetadas pela falta de pagamento dos salários, pode aumentar e desta forma agravar ainda mais o atendimento, já precário, dos pacientes.

Sem obter informações da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), sobre quantos e quais médicos estão nesta situação, o sindicato recorrerá às vias judiciais para resolver o problema. Um mandado de segurança, explica o presidente do Sinmed/RN, Geraldo Ferreira, é a alternativa mais viável, de modo a garantir o pagamento dos servidores no prazo de 48 horas. Para isto, a entidade está coordenando um levantamento entre os médicos com informações sobre a data de contratação, em quais unidades estão lotados, a carga horária, que devem cumprir, e a escala de trabalho. O médico estima que mais de 50 profissionais não tenha recebido proventos este ano.

"A retenção dos salários é um caso grave, que prejudica os profissionais e a população. Não há justificativa para que o Estado não pague seus médicos. A Sesap está imersa em uma nuvem de informações desencontradas, não sabem precisar o número de médicos, nem tampouco uma previsão de quando esse pagamento será efetuado. Para uns diz que será no próximo mês, para outros que não sai nem no próximo ano", disse.

A falta de pagamento que acomete os médicos convocados e empossados em janeiro, como também, em abril, se deve, segundo a assessoria de imprensa da Sesap, ao acúmulo de cargos que superam o limite de carga horária permitido por lei, de 60 horas semanais. O

concurso público foi feito para médico de 40 horas, mas alguns já têm outros vínculos de mais de 20 horas e ficam acima desse máximo permitido. Uma solicitação pedindo a redução da carga horária desses

profissionais para que eles possam receber o pagamento foi encaminhado à Procuradoria Geral do Estado. Apesar do despacho favorável, não há previsão de quando a situação será regularizada.



Geraldo Ferreira calcula que mais de 50 médicos recém-contratados estão sem receber. "Retenção dos salários é grave"



EDITORIAL

Essa Semana o Sindicato dos Médicos se reuniu com os Anestesiistas do Hospital Santa Catarina, cujas escalas enceram na segunda-feira, com os Anestesiistas do Hospital Walfredo Gurgel, com os Pediatras do HWG, ameaçados com a extinção do serviço. A Diretoria do Sindicato visitou em fiscalização o Walfredo Gurgel e visita na segunda-feira o Santa Catarina. Na terça-feira se reúne com a Ortopedia, que tem suas escalas incompletas. Numa linguagem popular, a chapa está esquentando. A inquietação dos médicos alcança níveis extremos. Impressiona o comportamento da Secretaria Estadual de Saúde frente às reivindicações dos médicos por condições de trabalho e melhora na remuneração. A falta de diálogo vai conduzindo ao impasse. O caldeirão pode explodir a qualquer momento.

Dr. Geraldo Ferreira
Pres. do sinmed RN

ENTREVISTA

O Sindicato dos Médicos do RN oferece hoje uma das melhores assessorias jurídicas do país. Contamos com três escritórios e atendimento diário. A advogada Julia Jales Souto coordena o serviço, o qual está à frente há dois anos.

Quais as mudanças no atendimento da assessoria jurídica com o PROBEM?

Com a implementação do PROBEM nós esperamos um aumento na demanda decorrente da ampliação do leque de benefícios destinados aos médicos. Agora ingressaremos com ações nas áreas de direito administrativo, trabalhista, previdenciário, defesa nos processos para apurar a responsabilidade do profissional médico, além do acompanhamento dos processos ético-disciplinares junto ao CRM.

Quais as principais dúvidas dos médicos?

É muito relativo. Na área trabalhista, muitos questionamentos se referem ao Plano de Cargos, possibilidade de se incorporar vantagens, requerimento de adicionais e gratificações, salários atrasados e orientação sobre aposentadoria e cálculo de benefício. Também observo muita insatisfação dos

médicos com diretores de unidades. Reclamações de perseguição, assédio moral, depressão, entre outros.

CRISE I

A posição do Sinmed/RN sobre a desativação dos serviços de pediatria dos Hospitais Walfredo Gurgel e Santa Catarina é clara: somos contra. O fechamento dessas unidades trará sérios prejuízos à população que precisará gastar com deslocamentos e muitas vezes não conseguirá resolver o seu problema retornando às grandes unidades. Falta sensibilidade por parte da Secretaria Estadual de Saúde no trato da questão.

CRISE II

Na sexta-feira foi paga a produtividade referente ao mês passado; na mesma sexta, reunião dos anestesiistas do Santa Catarina com a secretaria estadual de saúde empurrou a crise da escala para mais na frente. Foi fechado um acordo onde os profissionais se comprometem a dar quatro plantões extras para completar a escala até o fim do mês. No concurso da sesap para quarenta anestesiistas não houve procura. O salário oferecido não motiva os médicos.

AUDIÊNCIA

O Sindicato dos Médicos do RN aguarda a data da audiência com a Prefeitura de Parnamirim para discutir a legalização dos contratos dos 59 médicos que prestam serviço sem qualquer garantia trabalhista e a melhoria da remuneração. A inquietação dos médicos é grande e uma assembléia já está marcada para o dia 25 na sede do sindicato.

SALÁRIOS INSATISFATÓRIOS

O Sinmed/RN está trabalhando o modelo do Plano de Cargos e Salários que será negociado com a Prefeitura de Natal. O fato é que uma remuneração de R\$ 526 para 20 horas e de R\$ 1.033 para 40 horas, mesmo acrescida de algumas gratificações, não consegue atrair e manter os médicos na rede municipal de saúde.

EDITORIAL

Em reunião com a Secretaria Municipal de saúde, em busca de solução para o grave problema de falta de médicos na rede, o Sindicato ouviu depoimentos que só confirmam o que encontramos tantas vezes nas fiscalizações. Na Maternidade das Quintas há problemas de abastecimento e o Centro cirúrgico ainda espera por condições de iniciar seu funcionamento. Na Unidade de Pediatria Sandra Celeste, o aparelho de hemograma quebra quase toda semana. Em Pajuçara, o repouso médico não tem lençóis, os esgotos são abertos e há ratos passeando pelas dependências do prédio. No hospital dos Pescadores, os pacientes graves não têm para onde serem encaminhados, faltam leitos de UTI para serem referenciados, as camas das enfermarias não têm proteção lateral, com risco de queda para os pacientes. Em Cidade Satélite faltam máscaras e álcool, além de papel toalha para secar as mãos. Em Felipe Camarão faltam profissionais e a comunidade enxerga a maternidade como um pronto-atendimento e mesmo sem a presença de clínicos, procura atendimento para suas urgências. Na reunião, a Secretaria mostrou disposição para o diálogo e para a procura de soluções. Há um longo caminho a ser percorrido.

Dr. Geraldo Ferreira
Pres. do Sinmed/RN

PLANTÕES EVENTUAIS COMPLETAM ESCALAS

Em reunião com os médicos e suas entidades representativas, a secretária municipal de saúde Ana Tânia Sampaio, discutiu alternativas para a falta de recursos humanos na rede, principalmente clínicos, pediatras, neonatologistas, obstetras e anestesistas. A princípio havia o pensamento de contratar-se a Cooperativa Médica para suprir as escalas, já que a lei dos plantões eventuais que fixava o valor em R\$ 350 e R\$ 500 reais, dependendo da unidade, ainda não foi aprovada. O sindicato se posicionou pedindo a valorização do plantão que passou a um valor de R\$ 600 para todos os médicos independente do lo-

cal de trabalho. A proposta foi aceita pela secretária e agora as escalas serão completadas pelos próprios médicos do município. Outro tema muito discutido e consensual foi o da necessidade de um Plano de Cargos e Carreiras que valorize a profissão e seja atrativo para os médicos. Antes tarde do que nunca.

DEPUTADO APRESENTA EMENDA

O deputado Paulo Davim apresentou emenda ao orçamento geral do estado no valor de R\$ 100 milhões de reais para possibilitar a melhoria salarial para os funcionários da saúde. O valor foi deslocado de outras rubricas e deverá ser utilizado para aumentar o salário dos profissionais, atualizar as mudanças de nível e permitir a progressão na carreira. Tem sido grande a pressão do governo contra a aprovação da emenda, mas os deputados se mostram simpáticos a ela. Na terça-feira, haverá a votação em plenário e o Sinmed solicita aos médicos que compareçam e conversem com os deputados solicitando o seu voto favorável. A emenda permitirá aos médicos um aumento em torno de 30% a 35% no salário base e é muito importante para a nossa categoria.

SINMED VISITA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

O Sinmed visitou na tarde da última quinta-feira (10) o gabinete de alguns deputados na Assembléia Legislativa. Na companhia do presidente da Associação Médica, Dr. Álvaro Barros e da presidente do Sindsaúde Sônia Godeiro, Dr. Geraldo Ferreira, presidente do sinmed, conversou com os deputados Paulo Davim, autor da emenda que aloca R\$ 100 milhões de reais para a saúde, e com os deputados Ricardo Motta e José Adécio. Todos são simpáticos à emenda, mas é importante que os médicos se mobilizem e entrem em contato com seus deputados solicitando o voto de apoio.

Anestesiologistas fecham acordo com Secretaria

O Hospital Santa Catarina terá anestesiologista de plantão, pelo menos, até o final deste mês. Isso porque os especialistas aceitaram a proposta da Secretaria Estadual de Saúde e vão dar mais quatro plantões extras para fechar a escala de setembro. "Tivemos uma reunião com a Sesap hoje (ontem) pela manhã e os oito especialistas do Santa Catarina aceitaram dar, cada um, quatro plantões extras para completar a escala deste mês. Para os outros meses, o secretário se comprometeu em procurar mais especialistas", disse o presidente do Sindicato dos Médicos do RN, Geraldo Ferreira.

O problema é que os anestesiológicos não se interessam em assumir o cargo por acharem a remuneração baixa se comparada a carga de trabalho desses profissionais. Tanto que foi aberto um processo seletivo para a contratação temporária de 16 especialistas e não houve procura.

"É uma sobrecarga de trabalho para uma remuneração bruta de R\$ 3 mil reais por 12 plantões. Dá uma média de R\$212,00 por plantão. Muito pouco diante de outros contratos. Através da cooperativa, por exemplo, os anestesiológicos ganham quatro vezes mais. Enquanto isso, um neurocirurgião recebe da Sesap cerca de R\$1.200,00 por plantão", disse Geraldo.

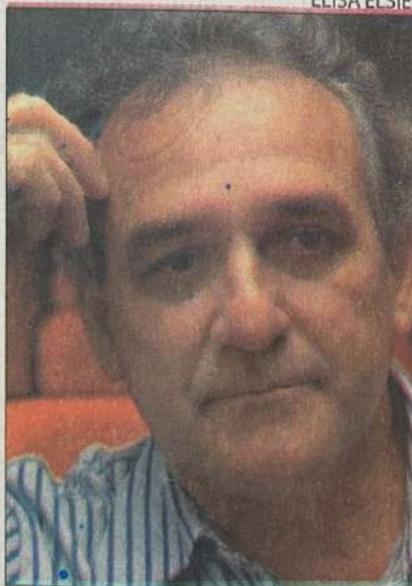
Mas se por um lado a situação do Hospital Santa Catarina está encaminhada, por outro, no Walfredo Gurgel poderão começar os problemas. Segundo o presidente do Sindmed, são necessários mais 20 anestesiológicos para dar conta da demanda. "Os anestesiológicos dão cobertura a 16 especialidades cirúrgicas no

HWG. É uma demanda muito grande e se não houver uma negociação urgente o caldeirão vai estourar", disse Geraldo.

O Sindicato dos Médicos reclama também que a Sesap está travando o diálogo com as categorias, que está articulando uma paralisação nacional para outubro. "Há uma pressão muito grande para um movimento de greve, mas o sindicato acredita que as possibilidades de negociações não foram esgotadas. Mas já está marcada para o dia 14 de outubro uma paralisação geral de todos os médicos do Brasil", falou Geraldo.

De acordo com o coordenador dos recursos humanos da Sesap, Jorge Luiz de Castro, vai ser realizado um novo processo seletivo apenas para o hospital Santa Catarina. Serão 20 vagas e uma remuneração básica em torno de R\$4.600,00 líquido mais a produtividade. Os candidatos poderão escolher a carga horária, 20 ou 40 horas. "Este processo seletivo é apenas para o Santa Catarina, mas também estamos tentando otimizar os profissionais que já são da rede para outras unidades", disse Jorge.

ELISA ELSIE



Geraldo Azevedo fala da baixa remuneração dos médicos

MÉDICOS

Geraldo Ferreira
ameaça entrar com
ação na Justiça.

PÁGINA 12

Editora: Yara Okubo
e-mail: Yokubos@tribunadonorte.com.br

NATAL • RIO GRANDE DO NORTE
Sexta-feira • 14 de agosto de 2009



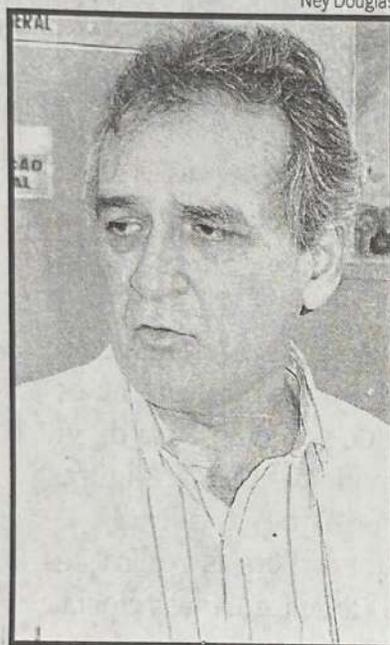
POLEMICA Sinmed ainda fala em processar a Secretaria, que aponta acúmulo de carga horário como motivo para o problema

Sindicato rebate justificativas da Sesap para atraso no pagamento

Mesmo com as justificativas expostas ontem pela Secretaria do Estado de Saúde Pública (Sesap) para o atraso nos salários de 54 médicos, contratados em dezembro do ano passado, o Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed/RN) avisa que só irá esperar até o final do mês para ingressar com uma ação judicial contra o Estado. O presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, rebate as justificativas da Sesap, que aponta como principal causa para o atraso o acúmulo de carga horária dos médicos. "Deve haver algum equívoco da Secretaria", alega o médico.

A Sesap esclarece que cento e setenta médicos que entraram nos quadros da Secretaria de Estado da Saúde Pública no último concurso público estão inseridos na folha de pagamento do Estado. Dos 54 casos que estavam pendentes devido a problemas diversos no decorrer dos processos, 13 já estão incluídos na folha de pagamento deste mês de agosto e outros 15, que entraram com pedido de redução de carga horária e tiveram portaria publicada no Diário Oficial do Estado nos últimos dias 11 e 12, terão seus processos retomados.

A falta de esclarecimentos sobre o acúmulo de carga horária dos médicos foi o principal entrave apontado pela Secretaria para impedir o pagamento dos profissionais. Para Geraldo Ferreira, representante do sindicato dos médicos, a justificativa não é convincente, já que a Constituição Federal permite, aos profissionais da saúde e da educação, o acúmulo de cargos mediante a comprovação de incompatibilidade de



Ney Douglas

Geraldo: presidente do Sinmed

horários. "Há um equívoco por parte da Secretaria. Inclusive alguns médicos procuraram o sindicato com a finalidade de ter suporte sobre essa questão do acúmulo de cargos e a nossa advoga já emitiu um parecer constitucional que argumenta que não há impedimento", afirma Geraldo.

Dos 54 médicos com entraves no recebimento dos salários, existem ainda 26 processos pendentes devido a dúvidas geradas na documentação e não esclarecidas pelos servidores concursados. A Sesap utiliza três formas de contato e em muitos casos todas as três já foram tentadas sem resposta por parte dos servidores: telefonema, telegrama e envio do processo para a unidade onde o servidor está lotado, solicitando que entrem em contato com a Secretaria para esclarecer ou justificar pendências.

"As Secretarias de Saúde e de Administração estão tomando

todas as providências no sentido de dar celeridade a esses processos para que haja tempo de entrar na folha deste mês", afirma o coordenador de Recursos Humanos da Sesap, Jorge Luiz de Castro, referindo-se a esses 15 que estavam pendentes por acúmulo de cargos ultrapassando as 60 horas limitadas por lei para os profissionais da área da saúde. A Sesap alega que apenas um médico que começou a trabalhar no mês de janeiro, de forma emergencial, não entrou ainda na folha de pagamento. Ele é um dos casos em que havia acúmulo de cargos e contemplado agora com a redução da carga horária, publicado em decreto no Diário Oficial do Estado.

O médico Antonio Oliveira do Nascimento é um dos que sofrem com a falta de pagamento desde o mês de janeiro e garante que a sua situação está regularizada, que já apresentou todos os documentos necessários, que não possui outros vínculos empregatícios e mesmo assim está entre os que ainda não receberam pagamento desde que foram empossados. "Essa história de limite prudencial e de carga horária é pura desculpa", desabafa.

Mesmo justificando os motivos no atraso dos vencimentos, a Sesap não estabelece prazos para que toda a situação seja resolvida. Dessa forma, o sindicalista ressalta que a decisão de acionar a Justiça contra o Estado está mantida, caso o pagamento não seja feito até o final deste mês. "Vamos esperar acabar o mês de agosto. Se eles pagarem, ótimo. Se não, entraremos com o processo", avisa.

[MÉDICOS] De acordo com a Sesap, 26 profissionais médicos estão sem receber o salário, principalmente por excesso no acúmulo de carga horária, cujo limite legal é 60 horas

Sesap promete agilizar processos

JÚNIOR SANTOS

O coordenador de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Saúde, Jorge Castro, garantiu ontem que a Sesap e a Secretaria de Administração irão tentar agilizar ao máximo o trâmite dos processos envolvendo médicos aprovados no concurso de 2008, que assumiram os cargos durante o primeiro semestre deste ano e ainda não receberam salários. Em entrevista coletiva na manhã de ontem, ele anunciou que 26 profissionais foram identificados nessa situação, principalmente por excesso no acúmulo de carga horária, cujo limite legal é 60 horas.

Outros 13 médicos que enfrentavam problemas semelhantes já conseguiram sanar as pendências e serão incluídos na folha de pagamento deste mês, com direito a receber os valores retroativos. Outros 15 também aceitaram reduzir as cargas horárias de 40 para 20 horas, com o parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado, e a Sesap deverá incluí-los na folha salarial de agosto, ou de setembro.

Quanto aos demais, Jorge Castro assegurou que há todo interesse em acelerar a tramitação, porém não há como admitir que os profissionais mantenham mais de 60 horas de carga horária total. Quando isso ocorre, a Comissão de Acúmulo de Cargos, da Secretaria de Administração, alerta quanto ao problema e é preciso o médico reduzir sua jornada em um dos trabalhos, ou provar que não possui mais algum dos vínculos identificados, para só aí o processo de pagamento voltar a tramitar.

“O rigor se faz necessário. Se não for seguido o que a lei obri-

ga, daqui a um, dois, cinco anos tudo vai replicar no Tribunal de Contas do Estado e todos os gestores envolvidos vão ter de se explicar”, lembrou o coordenador.

A Sesap não descartou que pessoas contratadas para outras áreas estejam também sem receber salários, mas Jorge Castro afirma que o foco são os processos pendentes envolvendo os médicos, para que se possa ter uma resposta o quanto antes. Muitos ainda terão de apresen-

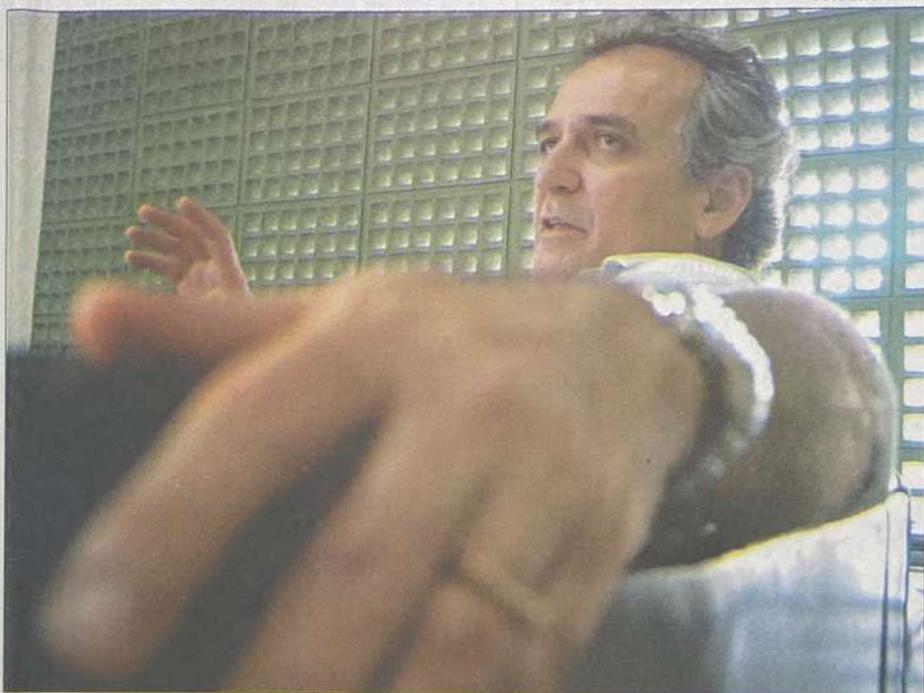


“O rigor se faz necessário. Se não for seguido o que a lei obriga, daqui a um, dois, cinco anos tudo vai replicar no Tribunal de Contas do Estado e todos os gestores envolvidos vão ter de se explicar”

JORGE CASTRO
coordenador

tar novos documentos.

Ele garante, porém, que a maioria dos 26 casos identificados não diz respeito a médicos convocados em janeiro, conforme teria sido divulgado. “Por enquanto só identifiquei um que entrou em janeiro. Os demais entraram em março, abril e nas demais convocações feitas”, aponta. Do total de aprovados no último concurso e somados aos 13 incluídos na folha deste mês, 170 médicos estão recebendo salários.



Geraldo Ferreira estima que 70 profissionais médicos estão sem receber salários desde o início do ano

Sindicato estuda ingressar na Justiça

O Sindicato dos Médicos (Sindicato) estuda a possibilidade de entrar com uma ação cobrando o pagamento dos profissionais contratados este ano pelo Estado. De acordo com o presidente, Geraldo Ferreira, a estimativa é que 70 estejam sem receber. “Alguns inclusive ingressaram por conta própria na Justiça e uma das teses é de que a Constituição não limita a carga horária, se houver compatibilidade de horário. Estamos analisando essa tese”, afirma.

Ele lamenta a dificuldade que tem sido imposta pelas comissões de acúmulos de cargos e lembra

que os profissionais prejudicados são de grande importância para a rede de saúde, uma vez que estão distribuídos pelos hospitais de todo o Rio Grande do Norte e a maioria atua em urgências e emergências. Geraldo Ferreira também admitiu a possibilidade de questionar judicialmente o fato de alguns profissionais, que prestavam serviço ao Estado, terem passado a receber menos depois da aprovação no concurso.

Na manhã de ontem, um dos médicos prejudicados procurou novamente a Sesap. O clínico Antônio Oliveira Júnior, que está lo-

tado no Hospital Santa Catarina, vem atuando desde junho e até agora não recebeu sequer um centavo. “O pior é que meu processo simplesmente desapareceu.” De acordo com o médico, os papéis foram encaminhados a um dos setores da Secretaria de Administração há 10 dias, mas ainda não deram entrada no local de destino.

Ele explica que não enfrentou nenhum problema com excesso de carga horária, mesmo assim continua sem previsão de quando passará a receber seu salário. “Não me dão explicação nenhuma. É uma falta de competência tremenda”, avalia.

Pediatras do Walfredo Gurgel votam indicativo de greve na segunda-feira

PROFISSIONAIS PROTESTAM CONTRA A POSSIBILIDADE DE FECHAMENTO DO SETOR E POR MELHORIAS SALARIAIS

REPÓRTER: SARA VASCONCELOS

FOTOS: EDUARDO FELPE

A falta de profissionais e más condições de trabalho vem instalando uma crise no serviço de pediatria no Estado. Após a greve de flagrada ontem por pediatras e obstetras da Maternidade Divino Amor, em Parnamirim, que reivindicam contratação e reajuste salarial. Na segunda-feira é a vez dos pediatras do Hospital Walfredo Gurgel votarem indicativo de paralisação. A medida é um protesto pelo possível fechamento da pediatria e por melhorias salariais e aumento do quantitativo de profissionais. Paralelo a isso, segundo informações do Sindicato dos Médicos, na terça-feira médicos da especialidade do Hospital Deoclécio Marques discutem também a possibilidade de suspender o serviço, devido o número reduzido de profissionais.

Na última semana, uma ação impetrada pelo Sindicato dos Médicos pediu, em caráter liminar, que



Segundo Geraldo Ferreira (Sinmed), na terça-feira será a vez de discutir a situação do Hospital Deoclécio Marques

não seja autorizada qualquer alteração na prestação do serviço antes da rede básica e hospitalar estar aparelhada para receber as demandas dos hospitais Walfredo Gurgel e Santa Catarina. No entanto, a Secretaria Estadual de Saúde Pública anunciou a transferência de sete dos 27 pediatras do HWG para o Hospital Giselda Trigueiro.

"O que as pessoas não entendem é que com esta saída o atendimento no Walfredo Gurgel fica comprometido. A secretaria está repassando informação de forma parcial. Não é apenas o ambulatório a ser fechado, mas a urgência também. A informação que tivemos é que os profissionais que serão remanejados são os em situação de conflito com a secretaria. Ou seja, uma retaliação. Isto é um absurdo. A desativação só piora o atendimento prestado à população", denuncia Geraldo Ferreira.

Hoje, o serviço de urgência infantil conta com dois pediatras por

plantão no Walfredo Gurgel. Com a mudança, explica a pediatra Kátia Correia, será mantido apenas um pediatra, que será destinado a dar suporte à Unidade de Terapia Intensiva (UTI). A dificuldade é que nem todos os profissionais estão habilitados para atender no novo setor. Um treinamento será realizado entre os profissionais que permanecerem na unidade.

"Há mais de um ano que o HWG não faz ambulatório infantil, só urgência. A demanda baixa não pode ser usada como justificativa para o fechamento. É preciso, sim, garantir atendimento. Com o fechamento das enfermarias, os médicos que ficam lá embaixo recebendo os casos de urgência terão que subir para UTI e trabalhar com uma margem de insegurança. E quem vai ficar para atender quem chega? Quem fica tomando conta desse paciente? E em caso de falta do urgentista? São questões que precisam de resposta", critica a médica.

Greve em Parnamirim afeta atendimento na Januário Cicco

O reflexo do primeiro dia de greve na Maternidade Divino Amor, em Parnamirim, pode ser sentido na maior maternidade da cidade, a Januário Cicco, para onde boa parte dos casos foram encaminhados. Em um plantão conturbado na noite de ontem, gestantes em trabalho de parto eram acomodadas em cadeiras de plástico por falta de local adequado. Outras em fase inicial de parto, que pode durar até 12 horas para a mulher atingir a dilatação necessária, foram devolvidas para aguardar em casa ou ainda encaminhadas para a Casa de Parto das Quintas ou a maternidade Leide Moraes, na zona Norte. A falta de leitos afetou inclusive o Hospital da Polícia, que

figurou como uma opção a menos para a regulação que partia da central da MEJC.

Na manhã de hoje, a ordem na MEJC era não aceitar casos de internação para aguardar dilatação. Apenas os casos de urgência e mulheres em trabalho de parto em fase expulsiva eram mantidas na unidade. Além da demanda normal que já abrange a maior parte de Natal e cidades do interior, a greve dos obstetras e pediatras de Parnamirim, praticamente duplicou o número de procedimentos. Isto porque a Divino Amor é responsável por atender outros nove municípios. Das 7 às 9 horas, a unidade já havia realizado duas cesáreas, dezenas de

partos normais e curetagens.

Mas a dificuldade não para por aí. Após dar à luz os filhos, as mães são mantidas em macas à espera de liberação de camas na enfermaria. "Parto é emergência e não espera. Chegou, a gente tem que atender e depois ver onde coloca. O plantão ontem a noite foi caótico. Não somos contra a greve dos médicos, estão no direito. Mas o que falta é boa vontade do poder público no sentido de atender reivindicações e principalmente estruturar a rede para atender estes casos. A saúde no RN está na UTI. E o serviço não suporta a demanda, mas também não pode negar o atendimento", desabafa a obstetra Celeste Maria de Menezes Souza.



Celeste Maria: "Parto é emergência e não espera". No plantão noturno, parturientes eram acomodadas em cadeiras



Foto: Eduardo Felpe



AVISO DE GREVE

O Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte, por seu Presidente Geraldo Ferreira Filho, em atenção à decisão de Assembléia realizada no dia 21 de setembro e para cumprimento das exigências contidas na Lei nº 7.783/89, avisa à população do Município de Parnamirim e cidades vizinhas que os médicos vinculados à Maternidade do Divino Amor paralisarão suas atividades por tempo indeterminado à partir do dia 25 de setembro de 2009, sexta-feira próxima.

Natal/RN, 23 de setembro de 2009.

Geraldo Ferreira Filho
Presidente

Greve de maternidade atinge 13 cidades

Paralisação na Divino Amor, em Parnamirim, também prejudica pacientes do Litoral Sul e Agreste

Andrielle Mendes
Especial para o Diário de Natal

A gestante Sheila Maria da Silva, 24, se queixa de dores abdominais desde quinta-feira. Grávida de oito meses de seu quarto filho, ela procurou atendimento na Maternidade Divino Amor, em Parnamirim, na sexta pela manhã e foi informada de que deveria dirigir-se à Maternidade Januário Cicco, na capital. "Acho que vou por conta própria". Sua mãe, Cleonice Alves da Silva, 62, se angustia. "Será que a Maternidade Januário Cicco vai conseguir atender todas as gestantes?". Cleonice é funcionária da saúde e conhece bem o quadro. "O bebê dela não pode pagar por isso".

Reivindicando a implementação do plano de cargos, carreiras e salários, a formalização do contrato de trabalho, realização de concurso público e repasse de reajuste salarial, obstetras e pediatras da Maternidade Divino Amor entraram, ontem, em greve por tempo indeterminado, deixando Parnamirim e mais 13 municípios sem cobertura. Apenas casos de urgência ou em risco de morte serão atendidos na maternidade. A regra é transferir todos os outros casos para os hospitais e maternidades públicos de Natal. Também está

suspensa a realização de cirurgias eletivas pela equipe médica.

O obstetra Ricardo Coloucci esclarece que 30% do efetivo vai ser mantido em concordância com a Lei da Greve. Segundo Ricardo, cinco obstetras deixaram o trabalho nos últimos meses devido à baixa remuneração, alta carga de trabalho e dificuldade em fechar as escalas. Os obstetras e pediatras reivindicam a equiparação de salários. Enquanto os anestesistas recebem R\$ 700 por plantão, obstetras e pediatras recebem R\$ 300. O obstetra Yuri Adrenovitch informa que falta médico para realizar o atendimento à população e que as escalas não estão completas, por que os médicos estão saindo. O presidente do Sindicato dos Médicos do RN, Geraldo Ferreira, declarou que os médicos só voltarão a trabalhar depois que a Secretaria de Saúde de Parnamirim atender as reivindicações.

Elisângela Costa foi outra gestante que procurou atendimento na manhã de ontem. Ela foi informada, minutos depois de chegar à maternidade, que seria encaminhada à Maternidade Januário Cicco. O problema é que Elisângela, já em trabalho de parto de gêmeos, não sabia como chegar até lá. A ambulância que a trouxe à maternidade é de um político em Macaíba e tinha hora marcada para retornar ao município e buscar outra gestante. "Eu não sei quem eu procuro aqui". De janeiro a agosto de 2009, a equipe médica realizou 3.163 partos normais e cesárias, sendo que a média mensal é de 450 partos e a diária de 14 partos por dia.



Mães que procuraram atenção para problemas sem maior gravidade foram orientadas a buscarem outras unidades

Contratos

O secretário de Saúde de Parnamirim, Marciano Paizinho, informou que algumas reivindicações poderiam ser atendidas a médio prazo, como a formalização dos contratos. A Secretaria de Saúde e a Procuradoria Geral do Município estudam uma forma de formalizar os contratos com os obstetras e pediatras, que não têm nenhum vínculo empregatício com a maternidade.

Marciano esclarece que um concurso para contratação de médicos vai ser realizado em 2010. Segundo ele, o único ponto que não poderá ser atendido pela Secretaria é o reajuste salarial dos médicos, devido a queda gradual da arrecadação do município.

"A greve dos obstetras e pediatras é um fator preocupante, por que a Divino Amor é a única maternidade de Parnamirim e é referência em todo o Rio Grande do Norte".

A diretora geral da Maternidade Divino Amor, Elisabete Carrasco, explica que o serviço ambulatorial vai ser mantido. Além disso, os profissionais da UTI Neonatal e da Unidade de Internação de médio risco não pararam. Para Elisabete, a paralisação da maternidade de Parnamirim irá sobrecarregar as maternidades de Natal. A diretora reconhece que o serviço na Divino Amor está sobrecarregado e que as escalas de plantão estão incompletas.

SAIBA MAIS

Municípios que enviam gestantes para Maternidade Divino Amor em regime de pactuação:

Afonso Bezerra
Arês
Canguaretama
Monte Alegre
Nísia Floresta
Lagoa de Pedra
Passagem
Pedro Velho
Presidente Juscelino
Santo Antônio
Senador George Avelino
Vera Cruz
São José de Mipibu

Maria Igê/Especial/D.A Press

Médicos aceitam dar plantão eventual e cooperativa não será mais contratada

PROFISSIONAIS SERÃO CONVOCADOS A PARTIR DE HOJE PARA COBRIR OS FUIROS NOS PRONTO-ATENDIMENTOS DE NATAL

SARA VASCONCELOS
REPORTER

A Secretária Municipal de Saúde recuou na proposta de contratar médicos via Cooperativa para preencher a escala dos Pronto-Atendimentos. A opção foi deixada de lado mediante a aceitação dos médicos da rede em trabalhar no sistema de plantão eventual, com pagamento a partir de janeiro de 2010. A decisão, resultado de uma reunião com a categoria, realizada na noite de quarta-feira (9), na sede do Conselho Regional de Medicina (Cremem), expande a cobertura, que antes se restringia às quatro unidades de urgência e emergência (Cidade da Esperança, Cidade Satélite, Sandra Celeste e Hospital dos Pescadores), para toda rede de atendimento 24 horas. Participaram da reunião diretores de unidades de saúde, médicos e representantes do Cremem, Sindicato dos Médicos (Sinmed) e do Ministério Público.

Os plantões eventuais entram em vigor a partir de hoje, mesmo antes da lei ser aprovada. Desta forma, os médicos serão convocados a cobrir os "furos" nas escalas das unidades de urgência, além de cumprir a carga horária padrão. O valor acordado entre os profissionais e gestores foi de R\$ 600 por plantão de 12 horas, sem diferença entre especialidade e unidade de atuação. O projeto tramita na Câmara Municipal do Natal e deverá receber o aval dos vereadores até o dia 15. Entretanto, a solução é considerada provisória até que o plano de carreira seja elaborado e um novo concurso público com valores ajusta-



Ana Tânia: "A população não pode esperar em meio à epidemia de Gripe A"

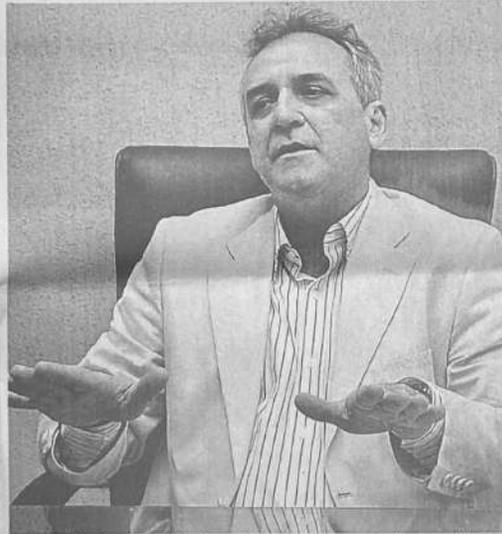
dos possa atrair profissionais aos ambulatórios e hospitais.

Durante a assembleia foram expostas as dificuldades dos dois lados para assegurar a assistência à população. Mediante o surto do vírus H1N1 e demais viroses, a secretária Ana Tânia Sampaio cobrou dos profissionais alternativas para suprir a insuficiência de profissionais, enquanto o plano de carreira da saúde é elaborado. A insuficiência é alimentada sobremaneira pela baixa remuneração da categoria e más condições de trabalho, como desabastecimento hospitalar, sobre-

carga de trabalho e deficiências na infra-estrutura dos prédios.

"Não podemos aceitar que a população fique sem atendimento. A conversa foi um jogo aberto bastante produtivo. Os médicos e diretores mostraram as dificuldades encontradas para trabalhar e nós os entres para garantir as condições que pedem, mas mostramos também o esforço e alternativas para garantir isso, logo que a consultoria da Fundação Getúlio Vargas conclua o projeto do Plano de Carreira. E principalmente que a população não pode esperar em meio à pandemia", afirma a secretária Ana Tânia.

José Adenir



Para Geraldo Ferreira, SMS está mostrando esforço para resolver o problema

Segundo levantamento realizado pela SMS, existem hoje mais de 600 médicos lotados na rede, número considerado suficiente para dar a resposta necessária à população. Destes 200 atuam em unidades de funcionamento 24 horas, como PAs, Serviços Pré-hospitalares e Maternidades, que apresentam um déficit de cerca de 100 profissionais. A maior questão, segundo a secretária, é identificar onde estão estes profissionais, se atuam ou não, para fazer jus aos salários pagos. "Não é justo que os bons profissionais sejam lesados para cobrir plantão. Tampouco a população fique sem as-

sistência por falta de médicos. O quantitativo me surpreendeu e iremos investigar quem não quer trabalhar", disse Ana Tânia.

Um censo médico será realizado nos próximos dias, a fim de avaliar não apenas o quantitativo, mas onde e se os profissionais estão trabalhando, a carga horária dada, quais os motivos de faltas, omissões e afastamentos, além de constar em ficha possíveis atitudes anti-éticas.

SINMED APROVA RESULTADO E AGUARDA PLANO DE CARREIRA
O presidente do Sindicato dos

Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed), Geraldo Ferreira, avaliou a decisão como um diálogo construtivo para resolver, por hora, os problemas crônicos da saúde. Segundo ele, além da questão salarial, as unidades não contam com condições de trabalho em segurança. Na maior parte das unidades não há sequer máscaras cirúrgicas e álcool-gel, mesmo em meio ao surto da Gripe A, o que eleva os profissionais a possíveis vítimas da doença. Além de falta de medicamentos, material de limpeza e inclusive lençóis.

"É uma prática viável, válida, mas temporária. Mesmo quando tornar lei, é preciso que o médico tenha uma carreira garantida, isso sim atrai e mantém médico trabalhando. Mas SMS está mostrando um esforço para garantir estas condições, o valor que será pago demonstra uma valorização do trabalho dos médicos e acredito que irá amenizar o quadro de falta de médicos", observa Ferreira.

NOVO CASO DE GRIPE A

Os laudos dos últimos exames recebidos pela Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) para detecção do vírus da Influenza A (H1N1) confirmaram mais um caso da doença no Estado. De acordo com os dados do setor de vigilância em Influenza da Sesap, ao todo foram 647 notificados, com 80 confirmações e 10 óbitos. Outros 402 exames aguardam o resultado.

PIRANHAS-AÇU COMITÊ DA BACIA TOMA POSSE

Os 80 membros do Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Piranhas-Açu foram empossados ontem em Caicó, pela Agência Nacional de Águas (ANA) e os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. O CBH Piranhas-Açu é o primeiro comitê instituído exclusivamente em território nordestino, em rio de domínio da União, que abrange dois estados. O colegiado é um órgão com atribuições normativas, deliberativas e consultivas no âmbito de jurisdição da bacia, sendo vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do Rio.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu foi instituído em um decreto presidencial de 29 de novembro de 2006, sendo o primeiro em território nordestino, em rio de domínio da União. O Comitê deverá atuar como um canal de intermediação entre o poder público, usuários de água e a sociedade civil na gestão compartilhada e participativa dos recursos hídricos da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Dimensão

A Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu é a maior do Rio Grande do Norte, com uma dimensão de mais de 43 mil quilômetros quadrados correspondente a cerca de 40% do estado, onde o clima é semi-árido em 100% do seu território. Sua nascente está localizada no município de Bonito de Santa Fé, na Paraíba; abrange toda a parte oeste daquele estado e se estende por toda a região central do território potiguar; sua foz está localizada na cidade de Macau-RN. Além do abastecimento humano, é largamente utilizada para atividades agrícolas, de carnicultura, de piscicultura e diversos outros usos.

Na Paraíba, 102 municípios estão inseridos total ou parcialmente na área da Bacia e 46 no Rio Grande do Norte. Ela possui dois importantes reservatórios: o sistema de reservatórios Curema-Mãe D'água, com 1,3 bilhões de m³, na PB, que pereniza o Rio Piancó e o trecho do rio Piranhas e a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no município de Açú, com capacidade máxima de acumulação de 2,4 bilhões de m³, no RN.

O crime dos plantões ilegais

Helder Tavares/DP/D.A. Press

Estudantes de medicina exercem profissão no interior, atraídos por altos salários oferecidos por prefeituras.

Luiz Freitas
luizfreitas.m@diariosassociados.com.br

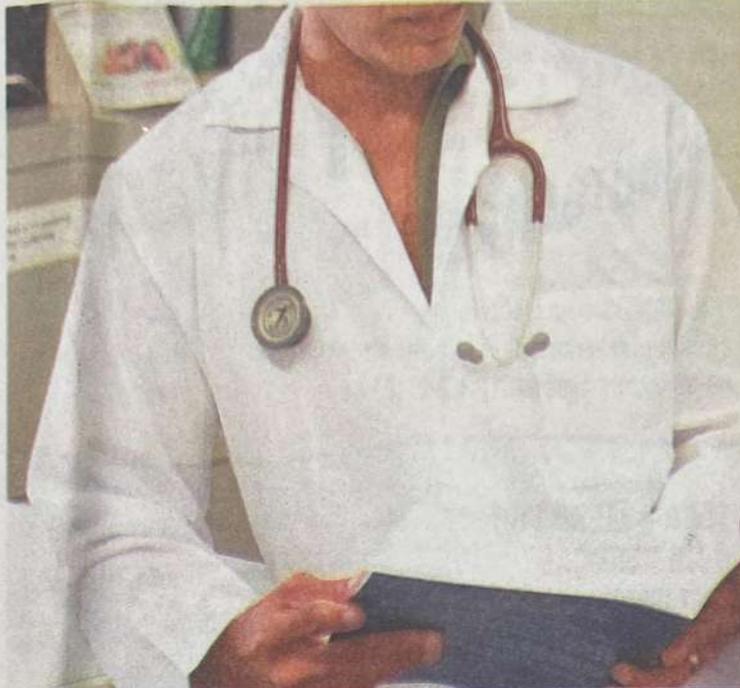
Estes estão se preparando para se tornarem médicos, mas ainda não chegaram lá. Entretanto, estudantes de medicina caem na sedução dos plantões remunerados em municípios do interior e assumem um lugar que deveria ser ocupado pelo verdadeiro profissional, realizando atividades exclusivas da profissão sem supervisão e colocando em risco a saúde da população, que na maior parte das vezes desconhece essa realidade. A prática é ilegal e configura crime de exercício ilegal da medicina, mesmo em se tratando de estudantes dessa ciência. Por se passar por médico, o estudante incorre também no crime de falsidade ideológica.

O vice-presidente e diretor do departamento de fiscalização do Conselho Regional de Medicina (Cremern), Jeancarlo Fernandes Cavalcante, relata que o Cremern flagrou cerca de dez casos nos últimos dois anos. Apenas esse ano, foram flagrados cinco casos em quatro municípios. "Sabemos que o número de casos dessa natureza é muito maior, mas a fiscalização fica prejudicada, pois precisa haver o flagrante e muitas vezes esses estudantes estão nas unidades, mas não há qualquer registro disso". Para Cavalcante, o plantão ilegal faz parte de uma conjuntura política onde o gestor municipal prefere burlar a lei e utilizar o estudante como mão de obra barata, sem contratar médicos para a rede.

Jeancarlo Cavalcante explica que quando há o flagrante, o diretor médico da unidade é punido pelo conselho, mas não o estudante. "Como não se trata de um médico, o conselho não pode puni-lo. Notificamos o Ministério Público daquela comarca para que tome as medidas cabíveis e o caso segue na Justiça, sem acompanhamento pelo conselho". A faculdade de medicina também é notificada.

Campanha

O diretor afirma que além das fiscalizações, o Cremern empreendeu uma campanha de educação junto a faculdades e estudantes contra os plantões ilegais. "O conselho atua em defesa da sociedade. A proibição de plantões sem supervisão é uma forma de proteger a sociedade diante de um atendimento médico completamente ilegal. O estudante tem um formação incompleta, fazendo também



Conselho Regional de Medicina tem dificuldade para flagrar universitários que atendem pacientes no RN

um atendimento incompleto. Diante de um caso mais complexo, com a necessidade de um raciocínio mais elaborado, há grandes chances dele errar o diagnóstico, prejudicando o paciente".

Para o presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Sinmed/RN), Geraldo Ferreira Filho, a prática é absolutamente ilegal. "Não existe plantão de um estudante de medicina que não seja supervisionado por um médico. O contrário é ilegal e não merece comentários. A comunicação de um acontecimento dessa natureza já implica sérias punições ao estudante". Para Geraldo Ferreira, o fato desses plantões ilegais ocorrerem com maior frequência em municípios do interior demonstra "certo desespero do gestor ao corroborar uma política de não investir no pagamento de seus profissionais, chegando até a fraude e ao uso de mão de obra ilegal".

Supervisão

Sobre os plantões "legais", Geraldo Ferreira afirma que "no plantão, obrigatoriamente, deve haver a presença, supervisão e o ensino por parte do profissional médico, pois uma de suas missões é passar o conhecimento. A presença do estudante de Medicina, seja num pronto-atendimento, emergência ou rede básica, é sempre enriquecedora, desde que dentro do sistema de legalidade (estágio reconhecido e autorizado pela faculdade, além da supervisão do médico), pois os profissionais buscam estudar mais".

Programa

O presidente do sindicato aponta que o Sinmed está elaborando um programa de estágio para levar os estudantes dos 5º e 6º anos para a rede pública municipal de saúde. "As faculdades estão formando cada vez mais especialistas e distanciando o aluno da realidade da população. Queremos fazer essa aproximação, colocando o

estudante em contato com a realidade dos PSFs, unidades de pronto-atendimento e emergências. Muitos sonham com uma superespecialização, quando 80% da demanda da população se refere à atenção básica". O estágio a ser coordenado pelo Sinmed prevê gratificação para os médicos supervisores e bolsas para 40 estudantes do projeto.

O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO

- A Lei 3.268, de 1957, diz que a medicina deve ser exercida por profissional habilitado e legalmente inscrito no conselho de Medicina de seu estado.
- O artigo 38 do Código de Ética Médica prevê que os responsáveis técnicos e gestores médicos que contratam estudantes para exercer a função de médico, incorrem em infração ao "cumprir-se com os que exercem ilegalmente a medicina".
- O Código Penal Brasileiro prevê como crime: Artigo 282 - exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites - Pena - detenção de seis meses a dois anos. Parágrafo único - se o crime é praticado com o fim de lucro, aplica-se também multa. Para o crime de falsidade ideológica é prevista reclusão de um a cinco anos.

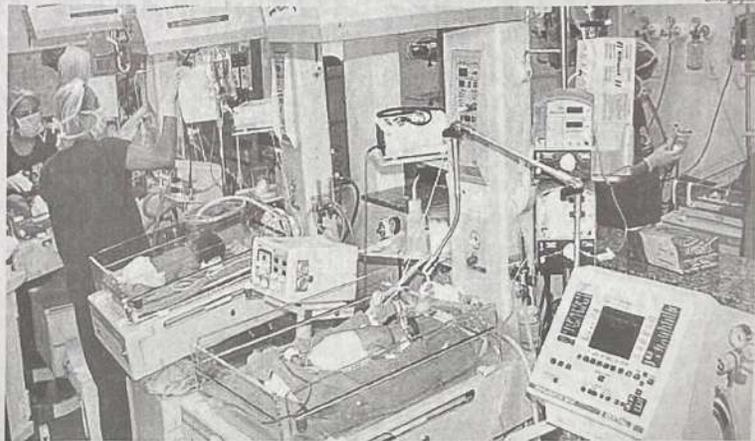
SERVIÇO

Denuncie a prática ilegal da medicina, junto ao Departamento de Fiscalização do Cremern.

Telefone: 4006-5333



Heracles Dantas



Divulgação

Ivanete Pereira e o filho com o braço quebrado, aguardava a vaga em outro hospital para a realização de cirurgia

Em Parnamirim, diretoria médica e chefia da pediatria pediram o desligamento da Maternidade Divino Amor ontem

Pediatras do HWG iniciam greve de desobediência e discute com a Sesap

MÉDICOS RECEBEM NOVA ESCALA E SE REUNIRAM COM REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE NO FINAL DA MANHÃ

SARA VASCONCELOS
REPORTER DE CIDADE

A "greve de desobediência", iniciada hoje pelos pediatras do Hospital Walfredo Gurgel, aguarda uma definição por parte da Secretaria Estadual de Saúde (Sesap). Pela primeira vez, após o anúncio do movimento em protesto ao fechamento do serviço de urgência e emergência infantil, uma comissão de médicos discute o impasse causado com a transferência de médicos para outras unidades e serviços, com o secretário-adjunto João Albérico, o coordenador de Operações de Hospitais e Unidades de Referências da (Cohur), José Renato Brito, e representantes do Sindicato dos Médicos (Sinmed), na sede da Sesap. Até o fechamento desta edição a reunião não havia terminado.

Apesar da nova escala fornecida pela direção do Hospital, que unifica o atendimento dos pediatras aos setores de Unidade de Terapia Intensiva e "linha vermelha" de emergência, com variação de dois e três profissionais por dia, os médicos optaram por trabalhar com a antiga escala, ou seja, dois pediatras no trauma infantil. Na linha de frente, apenas um profissional dava conta da demanda, considerada baixa, desde o fechamento do serviço de ambulatório em fevereiro do ano passado.

"Com isso crianças vítimas de atropelamento, queimaduras e outros traumas serão atendidas no mesmo ambiente que adultos, sem separação. Isso porque a ideia, desde muito tempo, é fechar o trauma infantil. Este espaço aqui será todo de ortopedia. Sem falar que a maior parte

dos médicos não estão habilitados a atender a UTI, porque não tem especialização em medicina intensiva. Por que isso não é prioridade para o pediatra. O que deve funcionar é cada setor com sua escala própria e não fechar a urgência infantil", disse o médico de plantão Garibaldi Bezerra Pinheiro.

O posicionamento contrário às novas medidas adotadas pela Sesap, com a transferência de oito profissionais do HWG para a enfermaria do Hospital Giselda Trigueiro, reativada ontem, não foi notificada ao Sinmed. O Sindicato impetrou ação na Justiça solicitando em caráter liminar que a alteração não fosse autorizada. "A intenção é que estas mudanças sejam interrompidas. Somos totalmente favoráveis à abertura de novos leitos, com a retomada da

pediatria do Giselda Trigueiro, mas sem que para isso seja preciso fechar serviços e deixar a população desassistida", disse Geraldo Ferreira. A assessoria de imprensa da Sesap não confirma a realização da transferência ontem.

Assustadas, mães com filhos internados, na observação de urgência infantil, questionavam onde o serviço passará a funcionar. A moradora de Nova Cruz, Ivanete Pereira da Silva, que acompanha o filho Wallison, 11, vítima de fratura exposta no braço, aguardava a liberação de uma vaga em outro hospital para realizar a cirurgia. "A gente só vê no jornal, mas fica sem saber de nada, porque ninguém diz, se fechar, a quem a gente vai recorrer. Se o serviço já é ruim, se misturar todo mundo, só vai piorar", disse a dona de casa.

UTI PEDIÁTRICA FECHA POR FALTA DE MÉDICOS EM PARNAMIRIM

Sem avançar nas negociações, a greve dos pediatras e obstetras da Maternidade Divino Amor, em Parnamirim, iniciada na última sexta, ganha mais um agravante. Na tarde de ontem, a diretora médica e a chefe da pediatria solicitaram o desligamento das unidades, mediante a dificuldade para o fechamento da escala de plantão. Com apenas um médico concursado atendendo na Unidade de Terapia Intensiva infantil (UTI), o último paciente recebeu alta hospitalar ontem e hoje o serviço foi totalmente fechado.

Na obstetria, a carência de profissionais chegou a níveis preocupantes. Sem ter substitutos na escala para render o plantonista, um

médico estava previsto para cumprir 24 horas, sem previsão de chegada de outro profissional para dar continuidade ao trabalho. "A cobertura considerada modelo, que atende a pacientes de Parnamirim e outras 10 cidades circunvizinhas, foi suspensa e não há condições de retornar. A contraproposta da Prefeitura está muito aquém do esperado. A unidade poderá ser interdita, caso a situação não seja resolvida", destaca o presidente do Sinmed Geraldo Ferreira.

Os médicos solicitam a regularização de 70% dos médicos, seja por contrato temporário ou concurso público, e a isonomia dos valores pagos por plantão aos anestesiologistas, R\$ 700. Na última rodada de negociação, a secretaria municipal de saúde de Parnamirim, propôs incremento de R\$ 100, o que elevava para R\$ 400.

Cidade

joaoricardocorreia@yahoo.com.br

Editor Geral
João Ricardo Correia

Repórteres
Rebeca Correia Anderson Barbosa
Elias Luz Jamille Nogueira

Divulgação



INTERIOR A prefeitura de Ceará-Mirim, por intermédio da Secretaria Municipal de Defesa Social e Cidadania e o Comando da Polícia Militar RN, encerraram o Curso de Promotor de Polícia Comunitária (foto). PÁGINA 7

HOSPITAL WALFREDO GURGEL Remanejamento e transferência de médicos revolta categoria, que desobedecerá ordens da Secretaria

Pediatras fazem “greve da desobediência”

Os pediatras do Hospital Walfredo Gurgel também entram na onda de greves que alastra a crise na saúde pública. A paralisação dos 27 médicos está marcada para começar amanhã, 1º de outubro. Entretanto, o movimento não será caracterizado pela suspensão dos serviços, mas pela desobediência às novas determinações da Secretaria Estadual da Saúde Pública (Sesap), que pretende uma redistribuição dos médicos nos serviços de pediatria, inclusive com a transferência de sete dos profissionais para o Hospital Giselda Trigueiro.

Como diz o presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Simmed/RN), Geraldo Ferreira, a decisão da greve foi tomada em assembleia realizada na noite da segunda-feira passada. Os pediatras protestam contra a decisão da Sesap, de remanejar os médicos para outros serviços e transferir outros, e insistem na afirmação de que o serviço de pronto-socorro do Walfredo será fechado, ao contrá-

rio do que declara a Secretaria.

"Nossa greve tem uma característica diferente, que é a luta pela preservação do serviço. Não admitimos o fechamento de nenhum serviço na área de saúde, além da redefinição do quadro médico como está sendo proposto pela Sesap. Portanto, vamos continuar trabalhando de forma a preservar o atendimento no pronto-socorro e não vamos obedecer as ordens nem a nova escala de plantão da Secretaria a partir do dia primeiro de outubro", declara Geraldo.

Para não serem obrigados a cumprir as novas determinações, os pediatras já elegeram, também na assembleia, uma nova diretoria responsável pela preparação das escalas de plantão no Walfredo. "Vamos manter o serviço como está e não vamos seguir a escala de plantão da Secretaria. Não podemos sofrer retaliação porque estamos cobertos pela lei de greve, que é um mecanismo legítimo", alerta Geraldo Ferreira.

Ainda em desobediência, os médicos, que ainda não foram designados, não passarão a atender no Giselda Trigueiro, que deve reabrir a enfermaria de pediatria a partir de amanhã, seguindo um Termo de Ajustamento de Conduta. "Os pediatras não obedecerão porque as determinações são um ato de irresponsabilidade com o serviço de saúde pública do Estado. Eles não podem tomar decisões sem acordos. Não se pode descobrir uma unidade de saúde para cobrir outra. Se a alegação é que é necessário suprir a demanda do Giselda, há outras alternativas, como chamarem os médicos do último concurso público. Se eles alegam que o atendimento de saúde ambulatorial tem que ir para o município, que se prove que há estrutura suficiente para isso, o que não existe", disse.

A Secretaria da Saúde mantém o mesmo posicionamento declarado na semana passada, quando o secretário-adjunto João Albé-

rico afirmou que o atendimento ambulatorial do HWG está suspenso, mas a urgência permanece a funcionar. A assessoria de comunicação Walfredo reiterou a informação de que "as crianças que necessitarem de atendimento de urgência continuarão sendo atendidas".

O órgão explicou que a redefinição dos médicos será feita da seguinte forma: são 18 leitos de enfermaria com seis médicos e agora serão cinco, sendo que um vai para o Centro de Queimados, que só tinha dois pediatras. São sete leitos de UTI, que continuam com dois pediatras em plantão permanente por hora. Já a modificação fica por conta da escala do pronto-socorro, onde ficavam dois pediatras. "Um plantonista vai para a UTI e as crianças graves serão atendidas por um dos médicos da UTI. Haverá a transferência de alguns médicos, mas sobre isso só que pode falar é a diretoria do hospital", alega a assessoria.

Ney Douglas



Geraldo Ferreira contesta as novas determinações da Sesap

Pediatras do Walfredo vão parar

Carlos Santos/DN/D.A Press

Greve, que começa na sexta-feira, protesta contra decisão da Sesap de transferir serviços para o Giselda Trigueiro

Silvia Miranda
Especial para o Diário de Natal

Os 27 pediatras que fazem o atendimento do Pronto-Socorro infantil do Hospital Walfredo Gurgel entrarão em greve nesta sexta-feira por tempo indeterminado contra o fechamento do setor do hospital, previsto para acontecer amanhã, por determinação da Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap). A medida foi decidida por unanimidade em assembleia geral realizada na noite da última segunda-feira, no Sindicato dos Médicos do RN (Sinmed). Na semana passada, a Sesap anunciou que o atendimento pediátrico do hospital ficará restrito aos casos mais graves e que alguns dos profissionais do pronto-socorro seriam remanejados para o Hospital Giselda Trigueiro, que abrirá enfermaria pediátrica com 26 leitos para internamento de crianças vítimas de doenças infecto-contagiosas, serviço que estava fechado há oito anos.

Segundo o presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira Filho, os médicos não irão obedecer à decisão da Sesap e irão manter o atendimento no Walfredo Gurgel. "A greve tem o objetivo de

manter o serviço. Nós iremos disponibilizar dois pediatras para atendimento no Pronto-Socorro infantil ou em outro local do hospital. Não iremos obedecer à ordem de transferência desses profissionais, pois acreditamos que a medida seja um desrespeito à população. Além disso, a secretaria não fez nenhuma consulta ao sindicato ou à associação dos médicos para discutir essa questão", explica.

Diagnóstico

Geraldo acredita que o fechamento do PS infantil do Walfredo irá retardar o diagnóstico dos pacientes, que não poderão mais contar com atendimento completo no local. "Se acabarmos com o atendimento infantil básico, as crianças passarão a ser encaminhadas de um hospital ao outro e a consulta que poderia ser feita brevemente no Walfredo demoraria meses", aponta.

Para ele, a secretaria está agindo de forma "amadora", pois está prejudicando o atendimento em alguns lugares para cobrir o atendimento de outros. "Falta um aprofundamento nas informações que a secretaria levantou porque como é que pode um hospital de infectologia ter pediatria?". Ele diz que o atendimento aos casos simples é essencial porque a criança está submetida a sofrer acidentes simples assim como os adultos.

Quanto ao remanejamento, a diretora organizacional do Sindicato dos Trabalhadores da Saú-



Setor pediátrico do principal hospital do estado terá funções limitadas a partir de outubro, por decisão da secretaria

de do RN (Sindsaúde) fala que os profissionais não atenderiam às necessidades de infectologia de que o Giselda Trigueiro precisa para abrir a enfermaria pediátrica. "Para que o atendimento de doenças infecto-contagiosas em crianças seja feito na enfermaria, seriam necessários médicos que tivesse as duas especialidades. O ideal seria que a secretaria fizesse um planejamento antes de abrir esse novo setor".

Rede básica

De acordo com a assessoria de imprensa da Sesap, o Walfredo Gurgel continuará atendendo ortopedia, trauma, queimados, ingestão de objetos estranhos e outros tipos de consultas pediátricas referências do hospital. A assessoria do órgão informou que a UTI e a enfermaria continuarão funcionando no Walfredo e que a suspensão desses atendimentos básicos será feita pe-

la rede básica municipal. Em relação ao remanejamento que será feito para o Giselda Trigueiro, a assessoria divulgou que apenas sete profissionais serão encaminhados para abertura da área de enfermaria pediátrica e que eles trabalharão dando suporte aos infectologistas. "O atendimento básico é responsabilidade da rede municipal, estamos apenas voltando a fazer o que deveria ser feito".



Ney Douglas

Presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, lidera desobedientes

GREVE DA DESOBEDIÊNCIA

A partir de amanhã, médicos começarão a não acatar alterações funcionais determinadas pela Secretaria, mas garantem o atendimento

Pediatras do HWG são contra novas determinações da Sesap

Saúde pública parada em Parnamirim

Sem profissionais, maternidade pode fechar. Servidores da secretaria municipal aderem à greve iniciada na unidade

Luiz Freitas

luizfreitas.rn@diariosassociados.com.br

A maternidade pública Divino Amor, inaugurada em setembro do ano passado em Parnamirim, está em vias de ser fechada devido à falta de profissionais médicos na unidade. Na manhã de ontem, apenas o médico Uraquitan Lopes de Souza estava no plantão da obstetria, até às 19h, e não sabia se haveria outro médico para substituí-lo. Sem condições de atender casos mais graves - a estrutura da maternidade está apta para realizar partos de média e alta complexidade - ele comunicou a situação ao Conselho Regional de Medicina (Cremern) para avisar da falta de condições de trabalho na unidade, o que poderia ensejar uma interdição ética pelo conselho. "A situação aqui é muito mais grave do que aparenta", afirma Uraquitan. A diretora médica da maternidade entregou o cargo. Os médicos da unidade haviam deflagrado um movimento grevista há uma semana. Ontem, os servidores da saúde de Parnamirim resolveram aderir ao movimento por tempo indeterminado.

Para agravar a situação, os médicos que aderiram ao movimento e que não eram efetivos foram dispensados pela secretaria de

saúde do município. Sem médicos, o Centro Cirúrgico da maternidade, incluindo a UTI neonatal e as cirurgias eletivas, já estava paralisado. Os atendimentos se resumiam a realização de testes do pezinho e da orelha, consultas pediátricas e de médio risco. As ultrassonografias estavam suspensas devido à greve, mas o laboratório ainda não havia parado.

"Aqui é uma unidade de alta complexidade, estamos sujeitos a atender todo tipo de complicações. Mas sem um outro médico no plantão eu não posso fazer esses atendimentos. Se chegar uma paciente com uma cesárea de emergência eu não posso operar sozinho, por isso acionei o Cremern e acredito que a maternidade será fechada", Uraquitan explicou que poderia apenas realizar partos normais, de baixa complexidade.

Negociações

De acordo com Uraquitan, há seis meses os médicos negociam com a prefeitura melhores condições de trabalho. "A demanda aqui é bastante alta. Parnamirim cresceu e além disso atendemos pacientes de outros 14 municípios. Temos umas das melhores estruturas do Brasil, mas o número de médicos já não era suficiente para dar conta dessa demanda. Apesar disso, não houve concurso público e a maioria dos profissionais eram contratados, sem qualquer vínculo com a prefeitura". Segundo Uraquitan, o setor de obstetria da maternidade realiza uma média mensal de 1.500 atendimentos e 450 partos. Sem os mé-



Funcionários fizeram manifestação ontem na entrada da maternidade Divino Amor, uma das mais importantes do estado

dicos dispensados, Uraquitan afirma que as escalas não poderão ser fechadas. "Apenas 16 obstetras não são suficientes para fechar a escala". Antes da dispensa, haviam 34 obstetras e uma das reivindicações já era o acréscimo de mais um profissional por turno de plantão, passando de três para quatro obstetras. Na pediatria, dos 25 profissionais apenas quatro são efetivos e na UTI neonatal dos 10 intensivistas apenas um é do quadro.

Prefeitura

Para o secretário municipal de saúde de Parnamirim, Marciano Paizinho, é responsabilidade do comando de greve manter o mí-

nimo indispensável para a continuidade do funcionamento da maternidade. "Se o conselho vier a fechar a maternidade por falta de profissionais isso é responsabilidade dos grevistas. Existe uma escala de plantão que está sendo descumprida. A maternidade é uma unidade de urgência, referência no estado e os grevistas deveria manter pelo menos dois obstetras e um pediatra (os anestesistas não aderiram à greve), o que não está sendo cumprido. Eles estão radicalizando o movimento, abandonando o serviço dessa forma e deixando a população sem atendimento. Para a secretaria é uma situação difícil, pois eles estão em greve

e não podemos obrigá-los a comparecer ao trabalho".

O secretário relata haver pedido aos grevistas que não houvesse esse tipo de atitude. Ele também negou que a prefeitura tenha dispensado médicos sem vínculos. "Isso não ocorreu. Muitos fazem plantões eventuais há bastante tempo e agora simplesmente se ausentam no período de greve". Para ele, a única divergência existente é com relação aos valores dos plantões. "Atualmente eles ganham R\$ 300 mais uma gratificação por procedimento. Mas querem aumentar o valor do plantão para R\$ 700, mais a gratificação, o que é inviável para a prefeitura".

TRANSFERÊNCIA

Pediatras do WG se recusam a trabalhar no Giselda Trigueiro

Apesar de a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) divulgar no Diário Oficial do Estado (DOE) deste sábado, 3, que a enfermaria pediátrica do Hospital Giselda Trigueiro será reaberta na próxima segunda-feira, 5, com sete pediatras lotados no pronto-atendimento do Walfredo Gurgel, a direção do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed) afirma que os pediatras não vão acatar a decisão da secretaria. Os médicos continuam atendendo às crianças no pronto-atendimento do Walfredo. Com isso, adiaram a reabertura do setor pediátrico do maior hospital de doenças infectocontagiosas do RN.

A decisão da Sesap vem sendo desobedecida desde 1º de outubro, prazo dado pela secretaria para reabrir a pediatria do Giselda Triguei-

ro. Os pediatras montaram a escala do pronto-atendimento do Walfredo com receio de que o atendimento fosse cancelado pela Sesap.

O secretário adjunto de Saúde, João Albérico, disse - através da assessoria de comunicação - que a reunião prevista para acontecer ontem, entre os pediatras e a secretaria, "não foi realizada porque apenas um médico esteve presente". Em contrapartida, o presidente do Sinmed afirmou que a equipe de pediatras do Walfredo compareceu, mas que o secretário teria cancelado o encontro.

Justiça

Questionado sobre a reabertura do setor pediátrico do Giselda Trigueiro na próxima segunda-feira, Geraldo disse que os pediatras só vão

acatar a decisão da Sesap se houver uma ordem judicial. "Será uma surpresa se a justiça decidir que devemos fechar o pronto-atendimento do maior hospital do RN para reabrir a enfermaria do Giselda. Não somos contra a reabertura, mas por que a secretaria não convoca os médicos aprovados no último concurso?", indaga.

Sobre o setor pediátrico do Walfredo, o presidente do Sinmed alega que os médicos só estão querendo garantir o atendimento às crianças do Estado. "Não vamos entrar no jogo da secretaria até porque isso não contribui em nada para a solução da questão", declarou.

Memória

Em entrevista coletiva realizada no dia 23 de setembro, o secretário



Serviço no Walfredo continua normal, apesar de determinações da Sesap

adjunto de Saúde, João Albérico, anunciou a reabertura da enfermaria pediátrica do Giselda Trigueiro com 26 leitos para internamentos de crianças vítimas de doenças infectocontagiosas, fechada há oito anos para reforma. Para isso, sete dos 27 pediatras lotados no Walfredo Gurgel seriam transferidos para o Giselda.

O secretário disse, ainda, que a partir de 1º de outubro o setor pediátrico do Hospital Walfredo Gurgel deixaria de atender os casos de baixa complexidade. Entretanto, os pediatras desobedeceram a decisão da Sesap e continuam atendendo às crianças encaminhadas ao hospital e a enfermaria do Giselda continua fechada.

Joana Lima/DN/D A Press

Pacientes preferem SUS a planos

Diante da precariedade dos serviços oferecidos pela rede privada, algumas pessoas já acham que pagar não vale a pena

Adriana Amorim

adrianaamorim.m@dabr.com.br

Maria das Graças Oliveira, 59, sobrevive com um salário mínimo por mês, fruto de seu trabalho como empregada doméstica. Quando precisa de atendimento médico, recorre ao serviço público e nem reclama mais das dificuldades por que passa para conseguir uma ficha. O primeiro dos passos. "Entro na fila por volta das 4h da manhã e, quando a coisa é simples, consigo ser atendida na tarde do dia seguinte. Quan-

ta aos exames solicitados, preciso entrar novamente em uma fila durante a madrugada, rezando para conseguir fichas para todos eles", detalhou ela, que nunca cogitou a hipótese de aderir a um plano de saúde. "Meu dinheiro é todo comprometido. Não daria certo, sem falar que conheço pessoas que têm planos, mas, às vezes, elas preferem

usar o serviço público porque não conseguiram marcar consultas no particular. Então, para mim, está melhor assim, mesmo com essas dificuldades", contou.

A percepção de Maria em relação aos planos de saúde não é de todo um exagero. Com o aumento da renda do brasileiro e a baixa qualidade dos serviços públicos, somado ao surgimento de pacotes acessíveis às classes C e D, muitos consultórios e hospitais particulares estão ficando superlotados. "Quando preciso buscar atendimento médico, penso duas vezes.

Em algumas especialidades, consigo vaga na mesma semana, mas em outras só há vagas um,

dois e até três meses depois", contou uma estudante de direito que preferiu não ser identificada. Ela diz que seu plano custo-

11% dos potiguares usam rede particular

ta cerca de R\$ 150, por mês, e considera "um absurdo" que os pacientes que pagam consultas particulares consigam ser atendidos com mais agilidade. "Consegui uma consulta ao infectologista pelo plano para daqui a um mês. Liguei novamente me passando por uma 'sem plano' e havia vaga na mesma semana", disse.



Maria mostra receitas médicas prescritas em consultas na rede pública. Segundo ela, aderir a um plano não compensaria

Contingente

O Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed) estima que, no estado, 11% da população seja usuária da rede privada de clínicas e hospitais através de planos de saúde. Em Na-

tal, esse número chega a 30%. Pacientes com os serviços públicos que, em grande parte, são deficientes, os potiguares estão, cada dia mais, destinando parte de sua renda à tentativa de garantir um bom atendimento médi-

co e hospitalar. Mas, com a popularização do modelo, ocorre que os serviços privados, que deveriam primar por excelência e atendimento diferenciado, sofrem empecilhos e também são criticados pelos médicos.

Médicos dizem que são pressionados por convênios

Segundo Geraldo Ferreira, presidente do Sinmed, a classe médica tem se mostrado insatisfeita com os planos, que pagam pouco pelas consultas, atendem uma grande quantidade de pacientes e ainda reclamam do polêmico "pagamento por performance", em que as empresas bonificam os especialistas que menos solicitam exames. "Os planos têm feito pressão para que os médicos reduzam o número de exames. Em alguns estados, os médicos têm se voltado contra isso", disse.

Geraldo Ferreira pontua que consultas particulares oscilam entre R\$ 100 e R\$ 200, enquanto que, através dos planos, os médicos recebem de R\$ 35 a R\$ 40, em média. "Na tentativa de conquistar cada vez mais clientes, os planos têm oferecido pa-

cotes com valores de até R\$ 35, por mês", falou Geraldo Ferreira, informando que existem na cidade 26 operadoras de planos, entre cooperativas, caixas assistenciais e medicina de grupo. "Quem financia a saúde privada?", questionou, opinando ser os próprios médicos. "Eles (os planos) se preocupam apenas com lucros. Querem limitar a quantidade de exames e pagam mal", reforçou.

Sobrecarga

Ele observa que muitos planos a preços populares dão direitos quase similares aos que cobram mais caro. "Com os baixos honorários médicos e aumento da demanda dos pacientes, quem paga o pato é o próprio médico. Em alguns planos, eles são contratados para atender 36 pa-

cientes em 12 horas de plantão, mas acabam atendendo 100. Eles acabam sendo os financiadores desses planos, permitindo sua sobrevivência", disse, mostrando que outras empresas adotam o modelo de pagar por consultas. "Nesse caso, os médicos ficam à disposição 24 horas por dia, recebendo apenas quando atendem ou fazem procedimentos cirúrgicos".

A médica Maria Helena Vieira de Melo, uma das proprietárias do Instituto de Ginecologia de Natal, conta que, por mês, são atendidas cerca de duas mil pessoas na clínica e comenta que as consultas pagas pelos planos mal pagam os custos de manutenção. "Saúde é algo caro e 99% das pessoas atendidas aqui são usuárias de planos", diz, revelando existir uma fila de es-



O médico Geraldo Ferreira afirma que lucros são preocupação única dos convênios

pera aos usuários de planos. "Hoje, todo mundo tem acesso ao serviço privado, por isso é preciso produzir mais. Mas tam-

bém é preciso remunerar melhor os profissionais, para que eles trabalhem de forma satisfatória", sugeriu.

Profissionais de saúde aguardam a aprovação da emenda na AL

Arquivo

Os profissionais de saúde, capitaneados pelos Sindicatos dos Médicos (Sinmed) e Sindsaúde, acompanharam a votação, que adentrou pela noite de ontem, da emenda orçamentária da saúde, proposta pelo deputado estadual Paulo Davim (PV). O projeto inicialmente previa a destinação de R\$ 100 milhões, a partir do remanejamento de recursos, para a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos médicos e dos demais profissionais da saúde do Estado. Ao longo de toda semana, as duas entidades representativas buscaram por meio de visitas a gabinetes e acompanhamento das sessões, pressionar os parlamentares a aprovar o projeto.

Durante a leitura da emenda, o deputado Paulo Davim demonstrou a possibilidade de garantir R\$ 35 milhões, a partir da retirada de recursos de setores e serviços da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) e da Governadoria. A emenda ainda prevê a criação da carreira de médicos urgentistas, com remuneração diferenciada. A medida é vista como solução para atração de profissionais aos serviços de saúde, que enfrentam problemas de escalas de plantões defasadas e serviços fechados por falta de profissionais.

Atualmente os Pronto-atendimentos de Felipe Camarão e Guarapes, na zona Oeste da cidade, bem como a unidade semi-intensiva do Hospital Walfredo Gurgel permanecem interditadas pelo Conselho Regional de Medicina (Cremern) por falta de médicos. A emenda, segundo o presidente do Sinmed, Ge-



Geraldo Ferreira alerta para possibilidade de "enxurrada" de paralisações em 2010

raldo Ferreira, uma sinalização para valorização dos profissionais. Sem a aprovação, o médico prevê uma "enxurrada" de paralisações e agravamento do quadro "crônico" da saúde para 2010.

"Esta emenda se destaca mediante a crise de profissionais que assola a saúde. Apesar do valor estar abaixo da expectativa, empurrando a previsão de reajuste de 35% para 10%, que corresponde apenas à reposição inflacionária, é uma medida louvável e que pode melhorar as condições de trabalho da categoria", enfatiza Geraldo. No entanto, ele ressalta que a maior contribuição se refere à criação da carreira de urgentista.

O relator Ricardo Mota afirmou que "todos os 24 deputados têm boa vontade" com a emenda orçamentária da saúde. Porém, disse que ainda não poderia afirmar que

ela seria atendida em 100%. "Estamos vendo os números, mas eu creio que tenhamos esses elementos", disse ele.

Desde o início do mês, os servidores deflagraram greve que teve baixa adesão nas unidades de saúde. Uma comissão de servidores estaduais da saúde acompanha todas as sessões da Casa. "Esperamos que os deputados aprovelem a emenda, por que representa uma garantia para assegurar que em 2010, possamos ter o reajuste que nos foi negado durante todo o ano", disse Sônia Godeiro, presidente do Sindsaúde. A categoria reivindica um reajuste salarial de 45,7%, baseado no cálculo do Dieese.

Até o fechamento desta edição, os deputados não haviam encerrado a votação da emenda da saúde, dentro do Orçamento geral do Estado para o próximo ano.

Seis interdições em dez meses

UNIDADES DE SAÚDE DA GRANDE NATAL SÃO REPROVADAS EM VISTÓRIAS, SENDO OBRIGADAS A SUSPENDER ATENDIMENTO

Um diagnóstico da saúde na rede municipal (Natal) e estadual pode ser feito a partir do fechamento e reabertura de serviços, por parte de órgãos fiscalizadores do exercício médico, condições físicas e sanitárias das unidades de saúde. Seis serviços, sendo cinco hospitais da rede de saúde pública em Natal e um em Pamamirim, foram reprovados em vistorias feitas pelo Conselho Regional de Medicina (Cremern) somente nos últimos dez meses. Desse, dois se mantêm. A medida, quase sempre, recai nas más condições físicas dos prédios, insuficiência de profissionais e desabastecimento de material e equipamentos necessários ao atendimento da população. Em contrapartida, das intervenções feitas no ano passado, apenas o Pronto Atendimento Infantil Sandra Celeste, interditado em julho de 2008, foi reaberto.

Em alguns, como é o caso do Hospital dos Pescadores, nas Rocas, a interdição ética foi realizada duas vezes no período inferior a seis meses. A primeira, em 16 de maio, ocorreu após problemas de infiltrações, que alargaram o prédio e causaram problemas de descargas elétricas. O Corpo de Bombeiros se antecipou à ação do Conselho Regional de Medicina e determinou a suspensão, mediante os riscos a segurança de pacientes e corpo clínico.

Na avaliação do Cremern, a ação foi justificada por outros motivos: médicos insuficientes para o atendimento. O atendimento no Hospital dos Pescadores foi liberado em junho, em caráter emergencial, para atender à demanda psiquiátrica. Ainda com o atendimento a doentes de transtornos mentais, em julho, a unidade sofreu nova ameaça, devido a inadequação do serviço na unidade.

A época da reabertura, em 20 de junho, a escala de clínica geral e pediatria estava completa, mas o pedido de demissão de dois médicos e de licença médica, seguido de aposentadoria de um terceiro, devolveu aos profissionais e pacientes a precariedade de antes. O que motivou, menos de 70 dias depois, em 31 de agosto, a segunda interdição ética do serviço

de urgência e emergência das Rocas. O impasse foi contornado pelo município, dessa vez por meio do remanejamento de médicos do Posto de Mãe Luiza e da extinção do serviço de pediatria da unidade.

Apesar do esforço do órgão fiscalizador em proibir os médicos de atuarem, no intuito de melhorar a qualidade do serviço prestado e as condições de trabalho, em alguns casos a população continua desassistida. Na unidade Mista de Felipe Camarão, zona Oeste natalense, apesar da desinterdição do atendimento obstétrico e em ginecologia, a atividade continua suspensa desde o dia 8 de junho, em função da reforma do prédio que não tem previsão para terminar. A medida se deu devido insuficiência de médicos. O pronto-atendimento interditado na mesma ocasião, se mantém fechado.

A unidade, conhecida por receber o certificado do Unicef, estava com infiltrações e mofo na sala de parto e no alojamento, para onde mães e bebês recém-nascidos eram encaminhados, e goteiras na entrada e corredores. Nas salas de repouso, de curativo e de pequenas cirurgias, a ferrugem corroi camas, mesinhas e cadeiras usadas por médicos e pacientes; além disso, materiais básicos como gases, esparadrapos, sondas, sabão e luvas não eram encontrados na farmácia da unidade.

A Maternidade dispunha de um pediatra e um obstetra por plantão, ao invés de dois, para o atendimento tanto na maternidade, quanto no pronto-atendimento. Quando haviam partos, o atendimento de urgência era suspenso. Médicos e pacientes denunciaram por meio de documento a situação ao Sinmed e Cremern. Até hoje, quem precisa de atendimento é encaminhado para a unidade mais próxima, na Cidade da Esperança.

Uma semana após a intervenção em Felipe Camarão, foi a vez da "porta de entrada da psiquiatria do Estado" ser fechada. O Hospital Psiquiátrico João Machado foi interditado, dia 16 de junho, pelo Cremern e também pela Coordenadoria de Vi-

gilância Sanitária do Rio Grande do Norte (Covisa). Ao contrário da maternidade, a escala de plantão estava completa. A interdição foi decretada por conta da precariedade da estrutura física do prédio e da falta de materiais básicos para oferecer o conforto mínimo aos pacientes com transtornos mentais.

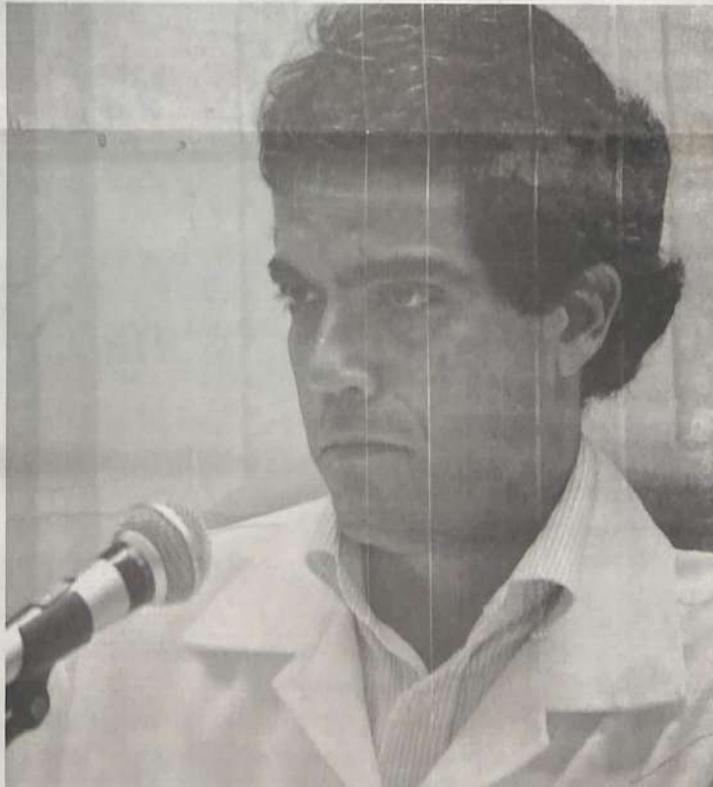
Falhas em toda a estrutura física do local, como teto quebrado em vários pontos, paredes obstruídas, falta de instalação sanitária, refeitório com poucas unidades de bancos, obrigando os pacientes a fazerem suas refeições em pé, esgoto a céu aberto e transbordando, mofo presente em todas as paredes, lâmpadas das enfermarias queimadas e áreas de infiltração em quase todos os cômodos, vieram à tona com a medida.

Com isto, 138 pacientes, além de outros 30 que aguardavam atendimento no pronto-socorro, foram transferidos. Os primeiros para a rede conveniada. Os demais enfrentariam ainda uma peregrinação. O PS foi transferido para o Hospital dos Pescadores e após diversas alternativas de locais adequados, retornou, após dois meses, para o HJM para área da clínica médica. Um anexo do Hospital Walfrido Gurgel. A liberação do pronto-socorro da ala feminina, ocorreu apenas em 23 de setembro. No entanto, a pactuação para que o município assumia a urgência psiquiátrica ainda não saiu do papel.

O mês de setembro começou com mais uma evidência da situação precária da saúde em Natal eregião metropolitana. Entre os dias 1º e 2, outros serviços de saúde foram suspensos pela falta de médicos. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) Metropolitana, que atende a nove cidades da Região Metropolitana de Natal, após constatado que não havia nenhum médico de plantão para atender aos pedidos de socorro feitos pela população, no dia da vistoria. E parte do Hospital Santa Catarina, que passava por uma crise de anestesia. Nos Guarapes, zona oeste da cidade, a interdição do pronto-atendimento perdura desde julho de 2008.



Hospital dos Pescadores, nas Rocas, foi interditado pelo Corpo de Bombeiros, que detectou até descargas elétricas



Presidente do Cremern, Luiz Eduardo Barbalho, alerta: Natal não está habilitada para atender pronto-socorro

> ENTREVISTA

Luiz Eduardo Barbalho, presidente do Conselho Regional de Medicina do RN

Este foi um ano de muitas interdições éticas na saúde pública. Isso demonstra um agravamento do serviço prestado à população?

LEB - Isso prova que há muito o que melhorar. Natal não está habilitada para atender pronto-socorro e como a demanda é grande, tanto na capital, quanto do interior, acaba se refletindo na má qualidade dos serviços, sobrecarga de profis-

sionais, insuficientes para manter o atendimento, e desabastecimentos de unidades. A saúde padeca. E o que deveria ser considerado meta, priorizado é deixado de lado. A intenção dessas interdições é justamente garantir que o atendimento funcione em sua totalidade e de forma eficaz.

Com a atual política é possível que este quadro mude, ou a tendência é piorar?

LEB - A questão da carência de profissionais passa pela valorização. Como os sala-

rios pagos não são atrativos e há muitos problemas de infra-estrutura, as condições atuais afugentam o médico. Existem promessas da construção de Unidades de Pronto Atendimento, as chamadas UPAs, que irão desafogar o Estado, principalmente o Hospital Walfrido Gurgel, e oferecer um serviço pré-hospitalar de qualidade. Há todo um empenho da prefeitura para implementar estas mudanças. A expectativa, com sinalização para ainda este ano, é que a situação melhore.

Justiça: desafio é manter qualidade nas decisões

CERCA DE 316 MIL PROCESSOS TRAMITAM NA JUSTIÇA COMUM DO RN. PUC APONTA QUE 71% DOS MAGISTRADOS TÊM ESTRESSE

Os juizes de direito, profissionais escolhidos por meio de um severo processo seletivo, têm nas mãos a responsabilidade de cumprir a lei e dar a quem tem direito o ganho de causa. Coisa que nem sempre é fácil. Com aproximadamente 316 mil processos em tramitação na justiça comum, os 224 magistrados das 65 comarcas do Rio Grande do Norte enfrentam a sobrecarga e temem que o grande número de sentenças a definir comprometam a qualidade das decisões.

"O maior desafio é manter a qualidade, julgando processos quase em escala industrial como fazemos hoje". O alerta é do juiz do Trabalho Silvio Caldas, magistrado com 21 anos de experiência

que aguarda apenas o despacho do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para se tornar desembargador.

O relato do juiz apenas confirma dados de uma pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP (PUC-Campinas), onde 71% dos magistrados ouvidos apresentam sinais de estresse e estafa devido ao montante de processos para julgar em um curto espaço de tempo. Uma tendência que segue até as esferas mais altas, como o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, onde cada um dos 27 ministros tem, em média, cinco mil processos aguardando apreciação.

Segundo especialistas, o motivo de tanto acúmulo está na democratização do acesso à justiça, onde o cidadão comum pode reivindicar seus direitos com mais facilidade seja nas varas tradicionais como nos

juizados especiais.

Mudanças com a informática - Para o juiz Silvio Caldas, a carreira jurídica já obteve muitos avanços nas últimas duas décadas, mas sem dúvidas para os magistrados o principal deles é a informatização. "Quando cheguei ao Tribunal, as máquinas de escrever estavam começando a surgir nos gabinetes. Imagine como era difícil escrever uma sentença na máquina ou então à mão! Para melhorar, comprei do meu bolso o primeiro computador

a carreira jurídica. O pontapé foi dado aos 16 anos, quando passou no primeiro vestibular para direito, profissão diferente da seguida pelos familiares. "Eu sempre fui muito precoce, tinha uma boa cabeça e estudava muita para alcançar meu objetivo de ser juiz", conta.

Aos 23 anos, após pouco mais de um ano de atividades como advogado, Marcos realizou o sonho e não se arrepende de ter sacrificado noites de sono e até as festas típicas de um jovem para se dedicar a aprender sobre as leis.

A pouca idade também não foi um empecilho para exercer a função. "É preciso mesclar a experiência dos mais velhos com os mais jovens, que já estudaram a leis depois da promulgação da constituição, que possuem outras vivências", explica, sem querer entrar na antiga polêmica que culminou na determinação de uma idade mínima de 30 anos para os concursos da magistratura.

Mesmo sendo o mais novo magistrado do Estado, Marcos já enfrenta o problema do acúmulo de processos. Nas comarcas onde atua, apenas nos meses de setembro e outubro 343 novos processos foram criados, número bem acima da capacidade dos três juizes que dividem o trabalho na região.

FORA DO PADRÃO

Com 15 anos de magistratura, Eduardo Pinheiro foge do perfil de quem sempre sonhou em ser juiz. Para ele, a profissão só surgiu após alguns anos trabalhando no Tribunal de Justiça, como técnico judiciário. Na época, o ainda estudante de direito começou a conviver com os processos e a rotina dos tribunais,

Mais novo magistrado do Estado, aos 28 anos de idade, Marcos Sampaio também sofre com o acúmulo de processos. Ele não se arrepende de sacrificar noites de sono e até festas por muitas horas de estudos

da Justiça do Trabalho. Foi uma maravilha! Nada se compara aos benefícios trazidos pela informática o que considero a grande revolução na justiça", afirma.

Os computadores trouxeram agilidade e mobilidade aos juizes, que podem preparar suas sentenças de qualquer local e a internet funciona como um mecanismo de pesquisa de jurisprudência.

JOVENS PROMESSAS

Por trás das figuras sérias, estão homens e mulheres que acalentavam desde a infância o sonho de seguir a magistratura e que dedicaram anos de estudos para ingressar na profissão. Com apenas 28 anos, o juiz Marcos Sampaio, que atua nas comarcas de Acari e Currais Novos, é o magistrado mais novo em atuação no Estado. Com cinco anos de profissão, ele revela que desde a infância sonhava em seguir



Juiz Silvio Caldas lembra, entre os casos mais pitorescos, o de um senhor que chamou Deus para ser sua testemunha

fatores decisivos para a sua escolha. Quando o primeiro concurso para juiz apareceu ele não pensou duas vezes, se inscreveu e passou. Tudo isso aos 23 anos.

Para dar suas primeiras sentenças, ele buscou os conselhos do pai, o desembargador Italo Pinheiro, conhecido jurista mossoroense falecido ano passado, de quem tirou vários aprendizados. "A experiência vale muito mais que o saber jurídico e ela ajuda a enfrentar nossos desafios do dia-a-dia", declarou.

O fato curioso é que na década de 90 o desembargador foi membro da comissão que preparou o anteprojeto para a criação dos juizados de pequenas causas, onde hoje o filho Eduardo atua.

HISTÓRIAS INUSITADAS

Quem preside júris diariamente consegue por um momento se distanciar da seriedade típica da profissão diante de fatos cômicos. "Certa vez, me chega um senhor com aparência bem humilde reclamando que

há dez anos trabalhava em uma fazenda e não recebia seus direitos. Até aí tudo bem, se o patrão em questão dissesse que nunca viu o tal funcionário na vida. A única saída era pedir as testemunhas do declarante e, para minha surpresa, ele chamou Deus. Isso mesmo! Me segurei para não rir na hora. Como alguém chama Deus para ser testemunha? Infelizmente ele perdeu a causa porque a testemunha não falou nada sobre o trabalho dele", conta, bem humorado, o juiz Silvio Caldas.

A crise na saúde verificada no início do ano poderá se repetir em 2010. A previsão é do presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed), Geraldo Ferreira Filho, que teme uma nova greve dos colegas, devido à dificuldade de encontrar acordos consensuais. Só este ano, a rede enfrentou uma média de uma paralisação a cada dois meses, em diferentes especialidades e unidades de saúde. Em comum, a insatisfação com condições precárias de trabalho, baixa remuneração e fim de contratos.

Em janeiro, os médicos cruzaram os braços por quase um mês em virtude do fim dos contratos temporários em diversas especialidades. A situação foi agravada frente à determinação do Ministério Público que proibia a renovação do contrato firmado entre a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) e a Cooperativa dos Anestesiologistas do RN (Coopanest). O impasse interrompeu os procedimentos no setor público e na rede de hospitais conveniados ao SUS.

A convocação, à época, de profissionais concursados em 2008 e abertura de novo certame para preenchimento de vagas, com oferta de 1.030, para assumir os cargos em caráter imediato, não resolveu a questão. Desse total, cerca de 700 profissionais, em duas chamadas, responderam o pedido da Sesap. Entretanto, muitos pediram desligamento e outros sequer chegaram a assumir.

Em fevereiro, foi a vez dos anestesistas e pediatras neonatologistas do Hospital Universitário Onofre Lopes e a Maternidade-Escola Januário Cicco encabeçarem o movimento. A renovação do contrato com as cooperativas foi feita via Fundação Norte-rio-grandense de apoio à Cultura (Funpec). A falta de contrato formal e plantões abaixo do valor estimado pela categoria motivaram duas outras greves, a do Hospital Regional Tarcísio Maia, em Mossoró, no mês de agosto. Além da greve de 30 dias de pediatras e obstetras da Maternidade Divino Amor, em Parnamirim. A escala incompleta causou ainda a interdição ética da unidade, pelo Conselho Regional de Medicina (Cremern). Por duas vezes, em menos de dois meses, o Hospital Santa Catarina, na zona Norte de Natal, ameaçou fechar porque a escala dos meses de setembro e outubro não estavam completas.

SEM PREVISÃO

A insuficiência de profissionais, motivada pelos baixos salários, é o principal motivo para a crise que se arrasta sem data para terminar. Na prática, médicos são obrigados a dar horas extras e até dobrar plantões, para que o aten-



Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte, Geraldo Ferreira Filho, não descarta novas paralisações dos colegas no próximo ano

Paralisações de médicos viram rotina no Estado

GERALDO FERREIRA ALERTA QUE AINDA EXISTE UMA GRANDE INSATISFAÇÃO DOS CARDIOLOGISTAS, ANESTESISTAS, NEUROLOGISTAS E CIRURGIÕES GERAIS EM 23 HOSPITAIS

dimento não seja suspenso. No entanto, a sobrecarga de trabalho desses profissionais está respaldada com a criação da lei de plantões eventuais, quatro além dos 12 plantões de 12 horas previstos, e os plantões por indenização. Este último se refere aos plantões que extrapolam os quatro permitidos pelo Plano de Cargos. O atraso no pagamento desta gratificação pode acentuar a crise e levar a uma nova paralisação, a sexta este ano. Médicos e servidores receberam em outubro o benefício referente ao mês de agosto. Segundo Geraldo Ferreira, até agora, o de setembro não foi pago.

"Há uma grande insatisfação por parte dos médicos. São cardiologistas, anestesiologistas, neurologistas, cirurgiões gerais e outras especialidades nos 23 hospitais do Estado que se encontram nessa situação. Muitos já sinalizaram que caso não seja resolvido pedirão de-

missão. O retrato atual é muito parecido com o do início do ano, desmotivados. A proposta chega a um patamar de intransigência e dificuldade com o Sesp em encontrar um acordo salarial", diz a Secretaria era, no início do ano, não foi atendida. É ficou insistindo segundo levantamento do órgão, do no mecanismo de multas quando 4 mil servidores. A seleção foi segura o serviço capenga, que foi realizada com um déficit, que se a contratação temporária e o pagamento por indenização", critica o presidente do Sinned.

JUSTIFICATIVAS

A medida aplicada para tornar os furos na escala até a realização de concurso público, passará a ser apenas uma medida paliativa e permanente, uma vez que o processo seletivo não foi suficiente para acabar com essa situação. O secretário-adjunto do Sesp, João Alberício, explica que não há, devido o limite prudencial

Segundo ele, a necessidade real houve através na questão salarial, da Secretaria era, no início do ano, não foi atendida. É ficou insistindo segundo levantamento do órgão, do no mecanismo de multas quando 4 mil servidores. A seleção foi segura o serviço capenga, que foi realizada com um déficit, que se a contratação temporária e o pagamento por indenização", critica o presidente do Sinned.

PARALISAÇÃO DE SERVIDORES DA SAÚDE NÃO ESTÁ DESCARTADA. Enquanto os médicos cruzam os braços diversas vezes, entre

os demais profissionais de saúde do Estado não houve paralisação, este ano. Apenas manifestações de advertências por diversos motivos. Em janeiro, o desabastecimento hospitalar das unidades de saúde, sendo principalmente nos dois maiores hospitais do Estado, o Walfredo Gargel e o Santa Catarina, na zona Norte da cidade, motivaram uma série de protestos e atos públicos dos servidores.

O atraso no pagamento da indenização, referente aos terceirizados da empresa A&G, no mês de fevereiro, pautou as negociações entre gestores e o Sindaúde. Após várias audiências na Justiça, a situação foi regularizada. Um novo protesto foi realizado em março. Quando a categoria realizou assembleia e definiu a pauta de reivindicações, entregue ao governo. Até agora, segundo a presidente do Sindaúde, Sônia Go-

deiro, não houve resposta aos pedidos.

"Foi um ano cheio de problemas. Dando continuidade à campanha salarial, tentamos encontrar a governadora, em setembro, inclusive com discussão na Assembleia Legislativa, mas sem sucesso. Enfrentamos a tentativa de retirada da insalubridade de 90 servidores do Hospital de Doenças Infecto-contagiosas Giselda Triguero e a tentativa de fechamento da pediatria do Hospital Walfredo Gargel. Mes passado, mais uma vez, houve atraso no pagamento da indenização e da produtividade e conseguimos entregar nas mãos da governadora a pauta de reivindicações da categoria. Esperamos ainda uma definição", avalia a médica sindicalista. Caso a pauta de reivindicação não seja atendida. A previsão, segundo ela, é que em dezembro a categoria deflagre greve, que poderá adentrar em 2010.